

# Agricultura Familiar e Políticas Públicas na **AMAZÔNIA**

Cametá/ Pará - 06 e 07 de abril de 2006

Philippe Sablayrolles, org.  
Pedro Luz, Manuel Amaral  
Emmanuel Bayle

# Agricultura Familiar e Políticas Públicas na Amazônia

Cametá / Pará - 06 e 07 de abril de 2006

Philippe Sablayrolles, org.

Pedro Luz

Manuel Amaral

Emmanuel Bayle



**Atas do Encontro sobre Agricultura Familiar e Políticas Públicas na Amazônia,  
Cametá/ Pará - 06 e 07 de abril de 2006**

***Comitê organizador do Seminário***

Emmanuel Bayle (AVSF)  
Manuel Amaral Neto (IEB)  
Pedro Lúcio Santa Rosa da Luz (APACC)  
Philippe Sablayrolles (GRET)

***Sistematização do relatório do Seminário***

Emmanuel Bayle (AVSF), Pedro Lúcio Santa Rosa da Luz (APACC), Manuel Amaral Neto (IEB),  
Ruth Correa da Silva (APACC), Pierre Clavier (GRET), Carlos Ramos (FASE), Paulo Gonçalves  
(APA-TO), Philippe Sablayrolles (GRET, organizador).

***Revisão***

Adriana Fradique (IEB)

***Projeto gráfico e diagramação***

Luciano Silva e Roger Almeida  
(RL2 Propaganda e Publicidade)

***Apoio***

Serviço de Cooperação Técnica da Embaixada da França no Brasil  
Comissão Européia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Biblioteca Central/UFPA, Belém-PA

Encontro sobre Agricultura Familiar e Políticas Públicas na Amazônia  
(1.: 2006: Cametá. PA).

Agricultura Familiar e Políticas na Amazônia / organização de  
Philippe Sablayrolles. Pedro Luz. Manuel Amaral e Emmanuel  
Bayle. — Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil.

Atas do Encontro sobre Agricultura Familiar e Políticas na Amazônia

64 p., 21x31 cm

ISBN: 978-85-60443-01-7

1. Agriculturas Familiares - Amazônia. 2. Administração Pública  
- Amazônia. Desenvolvimento Social - Amazônia. I. Sablayrolles,  
Philippe, org. II. Luz, Pedro, org. III. Amaral, Manuel, org. IV. Bayle,  
Emmanuel, org. V. Título.

CDD: 21 ed. 338.18811

# Índice

<b>Os propósitos do seminário .....</b>	<b>05</b>
<b>As experiências apresentadas .....</b>	<b>07</b>
A APACC no Baixo Tocantins .....	07
A FASE em Gurupá .....	17
A APA-TO no Bico do Papagaio .....	23
A ADAFAX no Alto Xingu / Sul do Pará .....	31
<b>A síntese dos debates .....</b>	<b>41</b>
Difusão de técnicas e formação de agricultores .....	41
Financiamento e crédito .....	43
Comercialização e beneficiamento .....	47
Desenvolvimento local .....	51
<b>Conclusões gerais e encaminhamentos .....</b>	<b>55</b>
<b>Programa do encontro e lista de participantes .....</b>	<b>59</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>62</b>
<b>Mapa das regiões apresentadas .....</b>	<b>63</b>

## Propósitos do seminário e método de organização

## PROPÓSITOS DO SEMINÁRIO E MÉTODO DE ORGANIZAÇÃO

No difícil contexto amazônico, onde os poderes públicos encontram limites na sua atuação frente a recorrentes problemas de governança, as ONGs sempre assumiram um papel de inovação técnica e social. No campo das agriculturas familiares amazônicas, setor fundamental para qualquer processo de desenvolvimento sustentável da região, as ONGs estiveram presentes em temas centrais como a luta pelos Direitos Humanos; a estabilização do campesinato em frentes pioneiras e a luta contra o êxodo rural; a gestão das áreas protegidas; a valorização da biodiversidade; o manejo florestal, etc.

Por sua vez, a cooperação entre ONGs francesas e brasileiras procurou apoiar e qualificar essas experiências com a constante preocupação nos resultados obtidos nas ações de campo. O GRET (Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos) e a AVSF (Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras), atores destas cooperações há mais de uma década em apoio aos seus parceiros, têm atuado seguidamente em prol do desenvolvimento sustentável das agriculturas familiares na Amazônia. Entendemos que as tarefas de sistematizar os avanços, socializar os resultados, reorientar as nossas atuações e constituir novas parcerias, devem estar sempre presentes em nossa estratégia. O GRET e a AVSF participam, desde 2002, do processo de discussão da cooperação franco-brasileira sobre as Agriculturas Familiares (Primeiro Seminário Franco-brasileiro sobre as Agriculturas Familiares, em

2002, em Brasília e Encontro dos Operadores Franceses da Cooperação no Brasil sobre Agricultura Familiar, em 2004, em Paris).

No conjunto das experiências do modelo de ONGs na Amazônia, sem se limitar à cooperação francesa, vários temas foram trabalhados associando objetivos de desenvolvimento dessas agriculturas, de capacitação institucional das suas representações e de sustentabilidade ecológica dos seus territórios. Várias parcerias, relações institucionais ou pessoais, formais ou informais, foram e são constituídas em torno desses temas. Problemáticas, ensinamentos e orientações comuns podem ser elaborados a partir dessas atuações. Nos parece relevante e importante no momento fazer um balanço, analisar resultados, reforçar as relações existentes entre experiências e operadores, e por fim, reforçar o diálogo e a colaboração com os poderes públicos.

Para organizar o Encontro, o GRET e a AVSF encontraram ou contataram vários representantes de movimentos sociais (STRs, FETAGRI, MST, CPT, ARCAFAR), ONGs e as principais entidades que atuam favorecendo o compartilhamento de experiências através de rede (FASE, APACC, APA-TO, ADAFAX, IEB, GTNA), poderes públicos (MMA-SDS, MMA-ProAmbiente, MDA-SAF, MDA-SDT, UFPa-NEAF, EMATER-PA) no final de 2005 e início de 2006. Essas discussões permitiram elaborar uma proposta de metodologia para o Encontro.

O Encontro de Cametá foi organizado por um comitê integrado pela APACC de Cametá (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes), o IEB do Pará (Instituto Internacional de Educação do Brasil), o GRET e AVSF. O financiamento foi assegurado pelo Serviço de Cooperação da Embaixada da França e a União Européia.

Especificamente, os objetivos do Encontro, definidos pelo Comitê de Organização foram:

- Socializar as experiências de campo e analisar os resultados;
- Reforçar as redes de intercâmbios entre as experiências e os operadores ONGs;
- Reforçar o diálogo com os poderes públicos (MMA, IBAMA, MDA/SAF, INCRA, MDA/SDT) e refletir sobre formas de colaborações.

O Encontro foi realizado nos dias 6 e 7 de abril em Cametá, na sede da Casa Familiar Rural do município.

O primeiro dia foi dedicado à apresentação de quatro experiências de desenvolvimento da agricultura familiar em ambientes diferentes da Amazônia Oriental. Foram elas:

- A APACC em Cametá – PA;
- A FASE em Gurupá – PA;
- A APA-TO na região do Bico do Papagaio – TO;
- A ADAFAX no Alto Xingu – PA.

Um diálogo foi organizado à tarde com o representante do MDA no Pará, particularmente sobre as modalidades de apoio público ao desenvolvimento territorial.

O segundo dia foi dedicado à avaliação das políticas públicas em torno de quatro temas principais a partir de trabalhos de grupos e discussão de plenária:

- Difusão de técnicas e formação de agricultores;
- Financiamento e crédito;
- Comercialização e beneficiamento;
- Desenvolvimento local.

A presente publicação reúne os textos de apresentação das experiências e a síntese das discussões de grupos e de plenária sobre a avaliação das políticas públicas. Ao fim, um pequeno texto tira conclusões gerais e propostas de encaminhamentos.

GRET, AVSF, abril de 2006.

## A experiência da APACC: Experiências em prol do desenvolvimento sustentável no território do Baixo Tocantins<sup>1</sup>

### 1. Contexto da experiência

A microrregião do Baixo Tocantins é uma zona de ocupação antiga, desprovida de indústria, cuja principal atividade é a agricultura familiar. É composta quase que exclusivamente de pequenas atividades agrícolas familiares divididas entre duas zonas agroecológicas:

- As zonas de “terra firme”, região onde vive a metade da população rural.
- As zonas das “ilhas”, no meio e na margem dos rios que representam a outra metade da população rural. As casas são construídas em palafitas e os deslocamentos são realizados em canoas. A inundação das terras a cada maré limita a possibilidade de culturas nas margens.

Nas ilhas, a terra é inundada a cada maré e a vida diária é marcada pelo seu ritmo. Na maré alta, as casas são totalmente cercadas de água e pode-se sair apenas de canoa. Retirando-se, a maré descobre terras lamacentas sobre as quais crescem naturalmente a palmeira do açaí e em menor escala o cacau. Quando os moradores permanecem na

área, a pesca e a madeira se juntam aos recursos desta população que se qualifica como “extrativista”.

Em terra firme, as casas são feitas de madeira e geralmente são cercadas de algumas árvores frutíferas. Os deslocamentos para ir à única estrada onde passa um ônibus diário são feitos de bicicleta ou a pé. As principais culturas são a mandioca, a pimenta e anualmente completadas por arroz, milho e feijão em pequena quantidade.

A população não tem uma forte tradição agrícola, mas uma prática extrativista. Geralmente, consideram a natureza como uma fonte inesgotável de recursos. Nas ilhas, o sistema de produção é totalmente extrativista e baseado na coleta<sup>2</sup>, na pesca e na exploração da madeira. Em terra firme, o sistema é misto: coleta, caça, extração da madeira, complementados com a cultura de mandioca.

Nessa região, a intervenção da APACC abrange três municípios: Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, que juntos totalizam uma população de 140.000 habitantes (população estimada, IBGE 2000), com 60% na

<sup>1</sup> A descrição da experiência teve a colaboração de Marcelo Alves (engenheiro agrônomo/APACC), Franquismar Marciel (técnico agrícola/APACC), tendo sido baseada no relatório final Projeto Cametá elaborado por Sylvain Colmet Daage (ESSOR).

<sup>2</sup> Particularmente o açaí: fruto de uma palmeira que cresce espontaneamente na região cuja polpa constitui um dos principais alimentos da população do Pará.

zona rural (famílias de agricultores e/ou de pescadores) distribuídos em mais de 300 comunidades.

Caso pouco freqüente no Brasil, não existem grandes estabelecimentos na região. Dos estabelecimentos existentes, 99% são familiares e 75% têm menos de 10 hectares.

Durante a década de 80, os sistemas de produção dessa região conheceram uma profunda crise ligada ao aumento da pressão sobre o ambiente (degradação da fertilidade dos solos, construção da barragem de Tucuruí, diminuição dos recursos haliêuticos), às variações dos preços agrícolas (queda dos preços da pimenta) e à degradação dos serviços públicos de apoio à agricultura. Os agricultores não conseguem encontrar soluções alternativas e a consequência é um êxodo rural intenso que agravou os problemas sociais das cidades médias (Cametá) e grandes (Belém)<sup>3</sup>.

Durante os anos 90, os/as produtores/as familiares e suas organizações representativas buscaram alternativas para a solução dos problemas técnico-econômicos em que se encontravam. A luta pelo acesso ao crédito foi a principal reivindicação. Entretanto, o acesso ao FNO<sup>4</sup> garantido enquanto política pública pela mobilização dos Gritos do campo, ao mesmo tempo em que ocasionou inovações nos sistemas de produção com o lançamento de culturas frutíferas (coco, cupuaçu, muruci, caju) em terras firmes e a dinamização da cultura do açaí nas ilhas, provocou também o endividamento dos/as pro-

dutores/as. A falta de bons resultados nessa área estava ligada à inexperiência da maioria dos/as agricultores/as com as culturas implantadas, a não-participação deles na elaboração dos projetos de crédito, a deficiência (em quantidade e qualidade) de apoio técnico por parte da política pública de ATER e a ausência de estruturas de transformação e/ou comercialização.

Devido à incapacidade do poder público, nas três esferas, de executar políticas eficazes para o desenvolvimento da produção familiar, vêm se experimentando alternativas na região em apoio ao desenvolvimento técnico-econômico dos/as produtores/as familiares. Entre elas, trataremos em especial do trabalho que a APACC desenvolve há seis anos na região, em conjunto com os/as produtores/as familiares, na formação para a produção rural sustentável.

## **2. A APACC na região do Baixo Tocantins**

A APACC é uma organização não-governamental, que trabalha com projetos urbanos de desenvolvimento local desde 1994 nos bairros periféricos de Belém. Passou a atuar também na região do Baixo Tocantins há seis anos. De 2000 a 2004, a APACC realizou o Projeto de Desenvolvimento Rural de Cametá, cujas atividades estenderam-se a novos municípios por meio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar para Região do

<sup>3</sup> Nas duas últimas décadas a população rural dessa região aumentou ligeiramente em valor absoluto (+10% entre 1980 e 2000) mas a proporção em relação a população total diminuiu implacavelmente: passou de 83 % em 1970 a 63 % em 2000.

<sup>4</sup> Fundo Constitucional do Norte: dotação do governo federal utilizada parcialmente para o crédito agrícola.

Baixo Tocantins, iniciado no final de 2004 nos municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará<sup>5</sup>.

#### • **Ações da APACC para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**

As ações em apoio ao desenvolvimento rural executadas pela APACC abrangem quatro linhas: formação e apoio técnico aos produtores/as familiares; educação em saúde preventiva e cidadania para mulheres e crianças; educação de jovens rurais na pedagogia da alternância e fortalecimento da sociedade civil.

Como o objetivo é formar produtores/as adultos e jovens que possam gerenciar seus sistemas de produção de forma sustentável e melhorar a renda familiar, a APACC desenvolve a formação e apoio técnico aos/as produtores/as familiares e a educação de jovens rurais na pedagogia da alternância. Essas ações se realizam em parceria com as organizações dirigidas por trabalhadores/as rurais, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais; a Associação da Casa Familiar Rural e com as prefeituras municipais de Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará e decorrem de uma demanda dos/as produtores/as familiares por assessoria técnica, devido à ausência de programas governamentais na região com esse objetivo.

Os órgãos públicos de apoio técnico aos/as produtores/as familiares existentes na região são a EMATER, a CEPLAC e as Secretarias Municipais de Agricultura que vinculam suas ações ao acompanhamento dos créditos agrí-

colas, em maior grau a EMATER, atuando com a maioria do quadro técnico cedido pelas prefeituras municipais e em menor grau a CEPLAC, que não vincula 100% de suas ações ao crédito, entretanto a estrutura e o quadro técnico são insuficientes para atender a demanda dos/as produtores/as. Quanto à política municipal, há ausência de um plano municipal de desenvolvimento sustentável, que articule as diversas iniciativas no campo rural e se direcione para o objetivo comum de desenvolvimento local.

Embora o desenvolvimento das ações da APACC conte com o apoio do poder público municipal (especialmente para a educação de jovens rurais), essas ações não se expressam em nível da política pública.

#### • **Metodologia de ATER desenvolvida pela APACC**

A metodologia da APACC para dar apoio aos produtores/as familiares no campo da produção rural sustentável se desenvolve em duas frentes:

– **Formação agrícola e apoio técnico aos produtores/as familiares:** formação inicial aos produtores/as e formação continuada de produtores/as multiplicadores/as;

– **Apoio à educação de jovens rurais na pedagogia da alternância.**

As duas frentes convergem para formação dos/as produtores/as adultos e jovens, constituindo um capital social que sabe decidir sobre suas necessidades e não fica à mercê das políticas creditícias da ATER oficial.

<sup>5</sup> Essas ações contam com apoio financeiro da União Européia e cooperação técnica das ONGs francesas Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras e ESSOR.

## • **Formação agrícola e apoio técnico aos produtores/as familiares**

A metodologia compreende duas fases sucessivas. Uma primeira de formação inicial em grupos nas comunidades rurais e uma segunda fase de formação de produtores/as multiplicadores/as.

Na primeira fase, desenvolvem-se temáticas diversas dos sistemas de produção (levantadas a partir de reflexões com os/as produtores/as, por meio de diagnósticos) e inovações adaptáveis à realidade, com base na Agroecologia, que são diretamente desenvolvidas por uma equipe técnica no seio das comunidades rurais. Consiste em discutir com os/as produtores/as familiares as técnicas adaptáveis ao ecossistema local que conservem e preservem o meio ambiente, dialogando com os saberes populares. Incentiva-se o desenvolvimento de técnicas ecológicas que potencializem a biodiversidade da floresta nas unidades e parcelas de produções em áreas de Ilhas e Várzeas e que promovam a transição para agroecologia em áreas de terra firme. A cada produção trabalhada pela reflexão dos/as produtores/as é realizado um experimento no qual os técnicos e produtores/as possam tirar as conclusões, para assim adaptarem ao meio.

Na segunda fase, trabalha-se com uma rede de produtores/as multiplicadores/as nas áreas de agricultura, apicultura, pequenas criações, piscicultura, onde eles recebem capacitação permanente e a partir dessas capacitações possam multiplicar as práticas nas comunidades.

No desenvolvimento deste trabalho, a APACC atua com uma visão radicalmente diferente da Assistência Técnica e Extensão Rural oficial, cujo objetivo não é difundir pacotes tecnológicos e

muito menos acompanhar e fiscalizar as operações de crédito agrícola, mas sim, enriquecer os conhecimentos dos produtores familiares, das mulheres e dos jovens rurais, através das reflexões para que eles possam experimentar, melhorar suas produções, diversificar e planejar suas atividades e o uso sustentável de seus bens, definindo suas necessidades e projetos de crédito em torno da gestão da propriedade.

## • **Estratégias**

- Formação/ Capacitação;
- Experimentação e Produção;
- Enfoques Agroecológicos;
- Monitoramento e Avaliação;
- Intercâmbios;
- Pesquisa;
- Valorização dos Conhecimentos Locais;
- Multiplicação de Conhecimentos pelos Produtores/as Multiplicadores/as.

## • **Quem são os produtores/as multiplicadores/as**

São produtores/as que, a partir da Formação Inicial, foram escolhidos pelo próprio grupo devido serem uma referência nas comunidades em termos de organização e disseminação de conhecimentos de forma participativa. Eles experimentam técnicas alternativas nas diversas produções, que podem resolver problemas identificados e pesquisados por eles/as. Desta forma, dão apoio técnico aos outros agricultores/as baseados na prática do saber-fazer. As atividades desenvolvidas pelos produtores/as multiplicadores/as são:

- Organização de mutirões para realização de uma atividade em torno da comunidade;
- Reflexão com outros/as produtores/as sobre as formas de fazer,

- respeitando os conhecimentos de produtor para produtor;
- Formação/capacitação de novos grupos de produtores/as familiares;
- Realização de visitas técnicas em propriedades das famílias;
- Pesquisa e experimentação;
- Avaliação sobre as atividades desenvolvidas e resultados;
- Planejamento das atividades, entre multiplicadores/as e comunidade;
- Intercâmbio de experiências;
- Visitas nas propriedades de Multiplicadores sobre as formas de gestão;
- Apoio ao abastecimento.

• **Principais resultados alcançados com a formação de produtores/as e o fortalecimento de produtores/as multiplicadores**

*No município de Cametá*

- 1.450 produtores/as capacitados, desses 140 são produtores/as multiplicadores/as;
- Diversificação das produções;
- Existem 250 colméias de abelhas com ferrão produzindo em torno de 12 litros de mel por caixa, com perspectiva de três toneladas para safra 2006. Há de 85 a 100 caixinhas de abelhas nativas sendo trabalhadas, inicialmente com o desenvolvimento de seis espécies. Antes do desenvolvimento das ações da APACC, essas atividades praticamente não existiam em Cametá.
- Melhoramento de raças de pequenas criações e utilização de rações alternativas, realizando o melhor aproveitamento dos recursos naturais e uso de locais

semiconfinados, a partir de espaços construídos com recursos da propriedade;

- 200 tanques de peixes em regime familiar construídos em sistema de mutirões e com a utilização de rações alternativas;
- Realização da gestão das propriedades, transição para agroecologia em áreas de Terra Firme e diversificação das produções para melhoria da qualidade de vida e renda familiar;
- 100.000 mudas plantadas em forma de consórcio, sistemas agroflorestais e reflorestamento;
- 182 mutirões práticos sobre diversas atividades em 2005;

As atividades foram realizadas também com apoio dos multiplicadores/as.

*Nos municípios de Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará*

- De 500-600 produtores/as em fase de formação;
- 103 experimentos implantados de produções de: criação de abelhas com ferrão, criação de frangos, patos e porcos, rações alternativas, tanques de peixes, manejo de açai-zais, recuperação de solo com uso de leguminosas, viveiros de mudas para sistemas agroflorestais e produção de mandioca;
- Uso de adubos orgânicos em áreas de Terra Firme, realizando a transição para agroecologia.

• **Difusão de Tecnologias com metodologias participativas**

*O Manejo de açai-zais nativos*

O manejo agroecológico de açai-zais nativos (Ilhas e Várzea) foi uma experiência realizada após um diagnóstico que

identificou a entrada dos créditos do FNO sem o devido apoio técnico. Iniciou-se um processo de desequilíbrio natural do meio e de baixa produção. Os problemas como a diminuição da peca e a seca começaram a ser freqüentes, logo o manejo não era realizado e a comercialização era feita somente por atravessadores. A identificação dessa problemática provocou um processo de formação para os produtores/as, baseado em reflexões participativas sobre as causas do problema, chegando-se conjuntamente a uma proposta de experimentação sobre o manejo de áreas de açazais. A partir dos experimentos, com as observações e conclusões entre técnicos e produtores/as chegaram-se aos seguintes resultados:

- Equilíbrio na floresta ajudou a diminuir satisfatoriamente os problemas de peca e seca (hoje quase não se vê);
- Aumento da produção em 0,5 hectares de 80 para 120 latas de açaí;
- Manejo das espécies de essências florestais nativas e a preservação dessas. A implantação de frutíferas diversifica a produção;
- Melhor qualidade dos frutos e processo de comercialização valorizando a produção familiar, reflexões sobre certificação orgânica;
- Aumento em número de áreas manejadas em média de 70% dos/as produtores/as, por meio de atividades de mutirão apoiadas pelos produtores/as multiplicadores/as.

### *Apoio à Educação de Jovens Rurais na Pedagogia da Alternância*

Para desenvolver essa ação, as reflexões efetuadas pela APACC e seus parceiros locais e os contatos estabelecidos com a Associação Regional do Norte e Nordeste das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) conduziram a adoção

imediate do modelo da Casa Familiar Rural, a CFR, baseado nos seguintes princípios:

- Alternância: os jovens passam uma semana no pensionato da escola, em seguida duas semanas na propriedade familiar. Esse sistema permite lutar mais eficazmente contra o êxodo rural, mantendo a relação entre os jovens e o meio rural e evita os problemas da vida na cidade. Permite também alternar a teoria e a prática porque os jovens podem praticar imediatamente na propriedade familiar o que aprenderam na escola;
- Ensino integrado: cada semana é consagrada a um tema agrícola e as matérias fundamentais como o português, a matemática, as ciências, a história e a geografia são abordadas a partir deste tema. Assim, na semana consagrada à cultura da mandioca, poderão se fazer cálculos de superfície ou de rendimento (matemática), redações ou ditados sobre os métodos culturais (português), evocar a introdução desta cultura pelos portugueses (história), etc;
- Participação dos pais: a escola é administrada por uma associação de pais de alunos.

### • Metodologia e objetivos

A metodologia adotada consiste em trabalhar com temas geradores no sistema de alternância para atender aos seguintes objetivos:

- Preparar a futura geração de agricultores permitindo às crianças do meio rural a continuar os seus estudos fundamentais (até a oitava série) recebendo ao mesmo tempo

- uma formação agrícola teórica e prática;
- Constituir um centro de referência agrícola para a região e demonstrar a viabilidade de novas técnicas ao conjunto dos agricultores e dos técnicos agrícolas que irão visitar o centro, espontaneamente ou por ocasião de acontecimentos específicos organizados sobre o sítio (assembléias gerais do sindicato, formações dos monitores agrícolas, etc.);
- Participar na divulgação de sementes, de mudas ou de animais geneticamente adaptados à região.

Os alunos integram a escola após a quarta série e passam três anos, o que equivalerá a quatro anos em uma escola tradicional. O reconhecimento pelo Ministério da Educação desse sistema permite-lhes sair com a oitava série (ensino fundamental completo). O sistema de alternância permite, além disso, acolher três promoções sucessivamente nas mesmas construções. Quatro promoções já integraram esta escola e três já terminaram o ciclo de estudo de três anos.

As atividades começaram em 2001 e promoveram os seguintes resultados: (Tabela 01)

Houve no início algumas dificuldades para gerir adolescentes no regime de internato, mas tudo retornou à ordem com a elaboração de um regulamento interno pelos próprios alunos e com a melhoria da comunicação entre a equipe pedagógica e os pais. As desistências foram bastante numerosas (30%) e a metade se concentrou logo nas primeiras semanas porque o jovem não se adaptava a esse sistema de ensino.

Os resultados da formação eram avaliados regularmente. Por um lado pelos controles de conhecimentos na escola, e por outro, pelo acompanhamento dos alunos na sua propriedade familiar realizando-se 3 ou 4 visitas por ano para cada aluno. No meio do projeto, estas visitas tinham mostrado que somente 60% dos alunos tinham instaurado inovações na propriedade familiar. As visitas mostravam também que o desempenho do jovem na propriedade era fortemente ligado à atitude dos pais.

Para melhorar esta situação, insistimos junto aos alunos e principalmente aos seus pais sobre a necessidade de realizar “experiências práticas” nas propriedades. Também foi decidido que a realização de atividades concretas nas propriedades teria um caráter obrigatório e seria tomado

**Tabela 01 - Resultados da CFR - Cametá**

	Data de entrada	Número de alunos entrados na CFR	Data de saída	Número de alunos já diplomados
promoção 1	Janeiro 2001	30	Dezembro 2003	25
promoção 2	Junho 2001	28	Junho 2004	15
promoção 3	Março 2002	38	Dezembro 2004	26
promoção 4	Março 2004	34	Dezembro 2006	
<b>TOTAL</b>		<b>130</b>		<b>66</b>

em conta na avaliação dos alunos. Com essas medidas conseguimos um melhor apoio dos pais para ceder pequenas parcelas aos jovens e permitir que eles desenvolvessem experiências de produção animal ou vegetal.

### • Produções agrícolas na CFR

As produções na escola têm por objetivo:

- Servir de apoio na formação agrícola, permitindo realização de trabalhos práticos pelos alunos;
- Testar a adaptabilidade de técnicas agrícolas ainda não difundidas na região e ajudar à divulgação destas técnicas;
- Fornecer uma parte da alimentação dos alunos;
- Produzir para difundir, animais ou mudas adaptados à região.

O objetivo de apoio à formação prática dos alunos é bem atingido por todas as produções, ainda que a instauração e o acompanhamento pelos alunos destas produções se revelem um verdadeiro “quebra-cabeça”. De um lado desejávamos que os alunos fossem responsáveis pela condução e pela gestão das atividades, mas de outro, o fato deles virem à escola apenas uma semana sobre três torna a organização muito difícil. Após ter tentado numerosos sistemas, finalmente foi adotado um sistema misto no qual os alunos são responsáveis (por pequenos grupos) pelas produções animais e horta enquanto que para as produções agrícolas, o trabalho é feito pela turma inteira sob a direção do monitor agrícola.

Várias técnicas inovadoras para as regiões foram testadas com sucesso: a apicultura, a criação de patos, a utilização de leguminosa em rotação com a cultura de milho ou entre as filas de pimenta deram bons resultados e a CFR

desempenhou um papel importante na sua divulgação. Em contrapartida, a tentativa de exploração de suínos cruzados não deu bons resultados e não foi mais realizada.

A contribuição das produções à economia da CFR é bem pouca. As criações de frango de carne e a horta contribuem para a alimentação dos alunos, a criação de patos e a cultura da pimenta trouxeram lucro, mas com o fracasso de certas produções (porcos), o balanço econômico das produções até 2004 era negativo. Melhorias estão em curso, mas é evidente hoje que estas produções não poderão contribuir muito para o orçamento da escola. Não é de resto a sua função primeira.

O último objetivo foi preenchido bem com a divulgação graças a CFR de 1.500 frangas e 500 patinhos de raças melhoradas e cerca de 9.000 mudas de árvores.

### • Perspectiva para 2006

Após um período de crise (meados de 2004 a meados de 2005) por conta do ano eleitoral e da transição na política local, quando a CFR manteve apenas uma turma com 17 alunos, a perspectiva para 2006 é de integrar a CFR um total de 200 alunos (entre jovens e lideranças sindicais), distribuídos nas seguintes turmas:

- 2 turmas de ensino fundamental de Cametá – 80 jovens
- 1 turma de ensino fundamental de Oeiras – 40 jovens
- 2 turmas de ensino médio (contemplando jovens e lideranças sindicais) – 80 alunos

### • Sustentabilidade da Casa Familiar Rural de Cametá - CFR

A associação dos pais de alunos da CFR, foi criada em novembro de 2000

e é oficialmente proprietária e gestora da CFR. De fato, a APACC desempenhou um papel preponderante durante os três primeiros anos. Desde 2002, a associação dos pais não parou de reforçar a sua participação e, em 2004, estava realmente assumindo o seu papel na frente da CFR.

O principal desafio da diretoria da CFR e da assessoria da APACC é garantir a sustentabilidade da casa. Desde o ano 2003, os recursos dos projetos desenvolvidos pela APACC com parceria de Eссор e AVSF vêm diminuindo significativamente. De um patamar de 100% no início das atividades da CFR, os recursos baixaram para aproximadamente 40% no final de 2005.

A busca de apoio com o governo do Estado do Pará e o Governo Federal para que assumam uma parte do pessoal não são efetuadas diretamente pela Casa Familiar de Cametá, mas pela ARCAFAR (Associação das Casas Familiares do Norte e Nordeste). Apesar de declarações otimistas em 2001, seguidamente em 2003 com a chegada do governo Lula, as negociações ainda não foram concluídas e o conjunto das CFRs do Brasil está numa situação muito frágil.

Em nível local as negociações feitas diretamente pela direção da CFR e assessoria da APACC foram mais produtivas com a Prefeitura de Cametá, sobretudo após a manifestação dos/as agricultores/as organizada em novembro de 2003. Em 2004, a prefeitura forneceu uma grande parte do pessoal (2 técnicos agrícolas, 1 pedagogo, 3 professores a tempo parcial) e 50% da

alimentação e do material de consumo. Atualmente a Prefeitura Municipal de Cametá investe na CFR com pessoal e recursos financeiros para funcionamento e manutenção chegando a um patamar de 60%, entretanto o repasse dos recursos financeiros requer um investimento de articulação, mobilização e negociação por parte da direção da CFR e da assessoria da APACC permanente junto ao setor financeiro da prefeitura e em audiências com o prefeito quando o recurso não é repassado. Essa situação gera uma instabilidade na Casa Familiar Rural de Cametá que permanece em constante ameaça de interrupção de suas atividades.

Obviamente que uma dependência é no que diz respeito às prefeituras<sup>6</sup> seria uma situação muito arriscada, pois a CFR perderia qualquer independência e sempre seria ameaçada por uma mudança de política municipal. O objetivo, por conseguinte, é chegar a uma divisão dos financiamentos entre as instâncias do município, o Estado, o Governo Federal e recursos próprios captados junto às organizações de apoio a essa alternativa de educação no campo. Em relação às prefeituras, notadamente a de Cametá, deve-se iniciar um movimento em prol da elaboração e apresentação de um projeto de lei, que deve ser encaminhado pelo prefeito à Câmara, tornando a educação de jovens rurais na Casa Familiar Rural uma política pública municipal.

### **3. Conclusão da Experiência:**

As duas experiências desenvolvidas no âmbito do município de Cametá se

<sup>6</sup> A prefeitura de Oeiras do Pará faz convênio com a CFR para apoiar uma turma desse município a partir de 2006.

estendem, a partir de 2005, em nível territorial (abrangendo mais dois municípios) respondem às necessidades dos/as produtores/as familiares por formação e apoio técnico e cumprem um papel importante na difusão de técnicas adaptadas aos contextos locais. A metodologia adotada para a formação de produtores/as adultos/as e jovens rurais apresenta bons resultados na eficácia das atividades, sendo reconhecida em nível local e nas redes em promoção da agroecologia, podendo servir de referência

para o desenvolvimento da política pública de ATER na região. A fragilidade do movimento sindical para encampar essa proposta e o completo desinteresse dos órgãos oficiais de ATER na região pode sepultar essa rica experiência e apesar de os novos ventos da política nacional de ATER convergirem para o fortalecimento de ações com os princípios metodológicos desenvolvidos pela APACC. Infelizmente, a ATER estatal da região ainda não colocou seu cata-vento a favor dessa proposta.

# A experiência da FASE em Gurupá: Manejo de recursos naturais em comunidades na região de Gurupá

## 1. Introdução

O município de Gurupá situa-se no estuário do Rio Amazonas. A maioria da população reside no meio rural e dedica-se, principalmente, às atividades de pesca, extrativismo (açai em fruto e palmito) e agricultura de subsistência.

As relações sociais que historicamente se estabeleceram em Gurupá são fortemente marcadas pelo chamado “sistema de aviamento” no qual agentes privados, os “patrões”, controlavam grandes extensões de terras públicas que eram exploradas com base no trabalho semi-servil de famílias de posseiros, os chamados “fregueses”.

Com a decadência do sistema de aviamento nas últimas décadas do século XX, os trabalhadores rurais de Gurupá iniciaram um forte processo de organização e emancipação social que mudaria situação sócio-política do município. Eles passaram a lutar de forma organizada contra a opressão dos patrões, empresas madeireiras e beneficiadoras de açai e palmito que se instalaram na região, reafirmando, assim, os direitos legítimos à terra onde viviam e aos recursos naturais dos quais dependia a sua sobrevivência.

As lutas pela afirmação dos direitos fundiários e pela manutenção dos meios de vida aconteceram em um contexto onde prevaleciam a exclusão social, a insegurança fundiária e a exploração predatória dos recursos naturais.

Atualmente a utilização dos recursos florestais concentra-se na exploração madeireira e produtos não-madeireiros. Entre as espécies madeireiras mais exploradas tem-se: virola, andiroba, macacúba, pau mulato, pracuuba. Destas,

as que se encontram em maior quantidade são o pau mulato e a pracuuba. As outras, juntamente com o andiroba e o açacu, já foram muito exploradas, encontrando-se apenas árvores jovens.

A extração de madeira pode ocorrer durante todo o ano, porém é muito mais intensiva nos meses de janeiro a maio. É uma atividade realizada por mão de obra familiar. O processo é bastante empírico, o que determina o baixo impacto na floresta. Contudo, por não contar com tecnologia apropriada para o processamento, agrega pouco valor ao produto o que acaba por não gerar renda mínima razoável ao trabalhador.

O processamento (primário) é feito por serrarias familiares, equipadas geralmente apenas com uma serra circular, cujos subprodutos são, tábuas brutas, pernambucas, frechais e ripas, com utilização de mão-de-obra familiar ou em parceria. Este trabalho é feito durante os meses de junho a dezembro, utilizando-se a madeira extraída durante os meses de água grande.

Entre os produtos não madeireiros explorados da floresta estão o azeite de andiroba e pracaxi, as fibras para a confecção de utensílios domésticos e artesanato, o fruto e o palmito de açai. Estes últimos contribuem significativamente para a renda familiar, bem como a utilização dos frutos é fundamental na dieta alimentar da população local.

A experiência desenvolvida pela FASE é incentivar a exploração dos produtos da floresta de forma responsável, levando em consideração a conservação ambiental, com agregação de valor aos produtos finais, o que certamente contribuirá para a melhoria de

vida das famílias que dependem desses produtos.

## 2. A experiência da FASE em Gurupá

O Projeto Demonstrativo Gurupá, assim como a experiência de regularização fundiária e manejo florestal de Gurupá derivam do processo de organização comunitária e sindical dos trabalhadores rurais do município. O projeto tem como foco a construção participativa de planos de uso dos recursos naturais por parte de comunidades ribeirinhas e o apoio técnico para a obtenção da documentação ou regularização fundiária a fim de que estas comunidades possam viver em segurança e manejar seus recursos de forma sustentável.

Foi iniciado no início de 1997, com apoio financeiro da ICCO (Organização Inteclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento- Holanda) em parceria com o STR e associações locais. E mediante um convênio firmado entre a FASE, a CPT e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), foi realizado um levantamento detalhado da situação documental dos imóveis registrados no cartório de registros de imóveis do município de Gurupá.

O levantamento permitiu a elaboração de um retrato atualizado da estrutura fundiária local, demonstrando a situação caótica e inúmeras irregularidades nos títulos e registros de propriedade das terras no município. Com base nisso, foi previsto no projeto uma linha de ação estratégica relacionada à regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades ribeirinhas que formam a base do STR de Gurupá. E desde então, o projeto tem concentrado as suas ações no setor rural, atuando junto a aproximadamente 1.200 famílias, em

40 comunidades das 64 do município.

O Projeto Demonstrativo Gurupá vem incentivando e apoiando a organização dessas famílias na valorização econômica dos recursos naturais dos quais dependem para o seu trabalho, na perspectiva de geração de emprego e renda com conservação ambiental e qualidade de vida. Para tanto, conta com uma equipe de profissionais e consultores que, em parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, desenvolvem suas atividades integradas nas diferentes dimensões da vida econômica da população, visando a regularização fundiária, o manejo e o processamento certificado da produção florestal (madeira, açaí, palmito e fibras), a segurança alimentar, o manejo e valorização da produção pesqueira (peixe e camarão), o monitoramento sócio-econômico e ambiental dessas atividades, o financiamento e a comercialização da produção, além da educação ambiental e profissional das famílias.

## 3. Resultados e impactos das ações

Entre os resultados gerados pelo projeto se destacam a ampliação do conhecimento sobre a realidade fundiária local, a percepção sobre a existência de várias modalidades possíveis de regularização fundiária, suas limitações, vantagens e desvantagens para as famílias. O processo de mobilização e discussão serviu para informar as lideranças comunitárias sobre as limitações jurídicas para se alcançar a regularização das terras e sobre as ações organizativas, administrativas e burocráticas que as comunidades teriam que realizar.

As atividades desencadeadas pelo Projeto Gurupá baseiam-se, principalmente, na elaboração de planos de uso,

que servem de base para definição fundiária e aprovação de planos de manejo. Com base neste trabalho, foram aprovados alguns planos de manejo (principalmente de açazais nativos) após a realização participativa de inventários e cursos de formação com os comunitários. É a implementação dos planos de manejo que assegura atualmente a segurança alimentar das famílias beneficiárias do projeto, fazendo com que Gurupá seja menos dependente de outros municípios em relação ao abastecimento.

As práticas de manejo propiciaram a produção de açaí na entressafra, e nos casos da pesca artesanal, o monitoramento sistemático e o aperfeiçoamento dos instrumentos de pesca estão possibilitando o aumento da produção do camarão e garantindo renda para as famílias durante o ano todo.

Em relação à atividade madeireira, o projeto Gurupá propiciou a aprovação de 324 planos de manejo, entre planos de manejo florestais comunitários e de pequena escala. O volume liberado em favor dos extratores locais foi de 28.000 m<sup>3</sup> de madeira, envolvendo cerca de 370 famílias.

Determinadas áreas já estão com a regularização fundiária concluída, e outras estão em processo, sendo que algumas das áreas que já estão regularizadas têm acesso a recursos e investimentos para a criação de escolas, postos de saúde entre outras vantagens, melhorando assim não só as condições de ensino no meio rural, mas a qualidade de vida das comunidades que ali residem.

Além do acesso a recursos, a regularização fundiária propiciou o acesso mais fácil dos trabalhadores rurais ao INSS para garantirem seus direitos previdenciários. Com o título da terra,

conseguem assegurar aposentadoria e outros benefícios, o que anteriormente a regularização era praticamente impossível.

#### 4. Desafios

O processo vivido em Gurupá aponta para um caminho diferente da lógica estatal de criação de unidades de conservação na Amazônia. A conservação ambiental estaria assegurada pela definição de planos de uso dos recursos por parte das comunidades e, principalmente pela regularização fundiária. Com essa estratégia, a criação de UCs não seria um fim, mas um meio para se promover a segurança fundiária das comunidades.

A experiência de regularização fundiária e manejo florestal em Gurupá evidencia que a garantia dos direitos fundiários das populações locais é pré-condição para a adoção e consolidação de boas práticas de manejo e uso sustentável dos recursos naturais. E assegurar esses direitos continua sendo um desafio a ser enfrentado por algumas comunidades da região que estão aguardando o processo de titularização.

A escolha das modalidades de regularização fundiária e categorias de unidades de conservação previstas na legislação brasileira foi um desafio superado na maioria dos casos. A criação de associações comunitárias que pudessem mediar as negociações coletivas entre as famílias e os órgãos do Estado foi um passo fundamental para o encaminhamento desses processos.

A ameaça das empresas madeireiras ainda é uma realidade na região. A regularização fundiária não conseguiu impedir que alguns membros das comunidades vendessem seus recursos

naturais, ou destinassem sua área para exploração em troca de alguns benefícios. Apesar disso, considera-se que o município possui bases sólidas para o enfretamento com os invasores.

Em relação ao manejo florestal madeireiro, uma das dificuldades enfrentadas é a retirada de madeira das áreas com o mínimo de impacto possível, sem a utilização de maquinaria pesada. Quanto ao manejo florestal não madeireiro, existem demandas para o desenvolvimento de técnicas que propiciem um melhor aproveitamento dos recursos naturais. Em ambos os casos, as técnicas precisam ser aprimoradas, e as lideranças comunitárias continuam necessitando de capacitação para a realização de inventários, elaboração de planos de uso, gestão de associações e práticas de manejo em geral.

Além do aperfeiçoamento das práticas de manejo florestal, outro desafio existente é o escoamento dos produtos madeireiros e não madeireiros. Os mecanismos de comercialização com outros mercados além dos municípios vizinhos ainda são muito precários, demandam fortalecimento de seu sistema cooperativo de comercialização e uma análise de alternativas para conseguir viabilizar a comercialização dos produtos florestais, agrícolas e pesqueiros da região de forma mais eficiente.

Finalmente, a experiência de Gurupá traz como grande lição a importância de eficientes mecanismos locais de discussão sobre regras de utilização de recursos florestais, sua influência nos mecanismos de regularização fundiária e formalização de planos de manejo. Estes, por sua vez, ainda têm trazido às comunidades o desafio de relacionamento com órgãos ambientais para que possam manejar seus recursos susten-

tavelmente e ao mesmo tempo estejam dentro da lei.

## **5. Projeto de Desenvolvimento Local Gurupá (PA) : Sinopse**

### ***Parcerias Locais***

- STR
- associações de trabalhadores
- prefeitura municipal
- cooperativa local

### ***Apoio***

ICCO, PROVÁRZEA, PROMANEJO, CI, CEE

### ***Objetivo***

Fortalecer e organizar a economia familiar, baseada no uso sustentável dos recursos aquáticos e florestais.

### ***Público***

- 60 comunidades
- 900 famílias
- 5.000 pessoas

### ***Linhas de Ação***

- ordenamento fundiário
- gestão participativa dos recursos naturais
- fortalecimento da organização comunitária
- identificação e fortalecimento de cadeias produtivas

### ***Ordenamento Fundiário***

- regularização fundiária respeitando os padrões tradicionais de ocupação

Os avanços alcançados na regularização fundiária em Gurupá podem ser resumidos na criação:

- Do título dos remanescentes de quilombos - 83000 ha

- Da reserva de desenvolvimento sustentável do Itatupã-Baquiá - 64000 ha
- Do projeto de assentamento estadual agroextrativista do Camutá do Pucuruí - 17000 ha
- Da cessão de uso gratuito para a Ilha de Santa Bárbara - 1303 ha;

Além das conquistas acima, estão em andamento a regularização ou criação:

- Da reserva extrativista do Itatupã
- Da reserva extrativista do Marajoí-Pucuruí
- Dos projetos de assentamento agroextrativista da Ilha das Cinzas e Urutaí
- Dos títulos individuais das famílias localizadas na estrada do Bacá

Exemplos:

Quilombolas, pescadores, ribeirinhos.

### ***Gestão Participativa dos Recursos Naturais***

- as comunidades decidem a melhor forma de explorar os recursos naturais

Os planos de uso dos recursos naturais são ferramentas importantes para o processo de regularização fundiária, uma vez que apresenta a intenção das comunidades em respeitar o meio ambiente em que vivem. É também uma alternativa para a resolução de conflitos.

Os acordos de pesca em Gurupá tem sido voltados para disciplinar a pesca dos bagres migradores existentes na região (ex: dourada), envolvendo pescadores artesanais e as geleiras provenientes de outros municípios.

Exemplos:

PLANOS DE USO  
ACORDOS DE PESCA

### ***Fortalecimento da Organização Comunitária***

- valorização das entidades representativas locais
- formação e capacitação de quadros comunitários

Em Gurupá existem inúmeras associações de trabalhadores agroextrativistas, 02 associações de remanescentes de quilombos, 01 cooperativa agroextrativista, 01 associação de pescadores, 01 colônia de pescadores, 01 Casa Familiar Rural. A instituição mais forte no município é o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Destes agremiações, 10 entidades possuem projetos voltados ao manejo dos recursos naturais e capacitações.

### ***Identificação e Fortalecimento de Cadeias Produtivas***

#### **PRODUTOS FLORESTAIS**

- Madeira, açaí, palmito, óleos vegetais

As conquistas até o momento obtidas com o manejo florestal comunitário são:

- Os planos de manejo florestais comunitários madeireiros e de pequena escala aprovados no IBAMA - envolvendo 370 famílias;
- Os plano de manejo florestais comunitários de açazais nativos aprovados no IBAMA - 62 famílias;
- O manejo de açazais difundidos no município e consequentemente diminuição da extração desordenada do palmito - envolvendo 300 famílias
- O plano de manejo voltado para o uso múltiplo da andiroba - 27 famílias;
- O manejo florestal de espécies de rápido crescimento - 07 famílias;

- A valorização de outros produtos não madeireiros – como castanha e copaíba
- A atuação dos agentes locais multiplicadores

### PRODUTOS AQUÁTICOS

- Peixe, camarão de água doce

Os principais resultados na área de pesca artesanal são:

#### Manejo do camarão de água-doce

- Aumento da renda das famílias pescadoras;
- Diminuição do número de matapis utilizados por família;
- Aumento do tamanho médio do camarão capturado;
- Diminuição da jornada de trabalho envolvendo o camarão;
- Aumento do preço pago por Kg ao pescador;
- Fortalecimento da associação e da qualidade de vida das famílias envolvidas;
- Fortalecimento do grupo de mulheres local;
- Incentivo ao manejo de outros recursos naturais
- A atuação dos agentes locais multiplicadores

#### Acordos de pesca

- Criação e fortalecimento da associação municipal de pescadores;
- Controle dos barcos pesqueiros na região de Gurupá;
- Melhoria das relações sócio-econômicas existentes entre donos de geleiras e pescadores artesanais;
- Sensibilização aos atores envolvidos na pesca dos bagres migradores sobre o tamanho das redes de pesca e da malha;

- A atuação dos agentes locais multiplicadores

### RESULTADOS

- regularização fundiária para 600 famílias
- exploração florestal manejada, sendo efetuada por 500 famílias entre processos madeireiros e não madeireiros
- 15 comunidades pesqueiras executam práticas de manejo dos recursos aquáticos
- implantação de uma escola de marcenaria e gestão participativa no município
- comercialização de pescado direto do pescador para o consumidor
- sistema de rádio comunicação integrando 15 comunidades com a sede do município e a capital do estado
- cooperativa viabiliza comercialização de produtos locais
- debates e ações sobre exploração comunitária dos recursos naturais envolvem 13 municípios vizinhos.

### DESAFIOS

- organização da produção
- capacitação de quadros para a gestão econômica dos empreendimentos
- adequação dos produtos às exigências legais
- descapitalização dos atores econômicos locais

### PRÓXIMOS PASSOS

- implantação de uma unidade de beneficiamento de palmito
- integrar a cooperativa local em redes de comércio solidário
- replicar a experiência na região

## A experiência da APA-TO no Bico do Papagaio<sup>7</sup>

### 1. Contexto da experiência

O Estado do Tocantins foi criado em outubro de 1988, a partir do desmembramento do antigo Estado de Goiás. O Estado possui uma área de 278.420,7 km<sup>2</sup>. Os biomas encontrados são o cerrado com 87,8% e florestas com 12,2%. A precipitação anual varia de 1250 mm a 1750 mm, com 78% de ocorrência entre novembro e março.

A estrutura fundiária no Estado do Tocantins é bastante concentrada. No ano de 2003, enquanto os estabelecimentos com áreas de até 100 ha, ocupam 5,6% das terras do Estado, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, ocupam 53,7% das terras (tabela 02). As áreas devolutas no Estado somam 1.986.696,5 ha e apenas 36 % delas estão ocupadas por estabelecimentos de até 200 ha. Os latifundiários ocupam 64 % das áreas devolutas do Estado.

A região do Bico do Papagaio onde se dá a ação de desenvolvimento local da APA-To trata-se de uma área de transição entre os grandes Biomas Cerrado e Floresta Amazônica.

Até a década de 70, a vegetação original encontrava-se bastante conservada, com grande ocorrência de espécies arbóreas tais como: mogno (*Swietenia macrophylla*), copaíba (*Copaifera spp.*), jacarandá (*Dalbergia spp.*), jequitibá (*Caraniana legalis*), sapucaia (*Lecythis usitata*), castanheira (*Bertholletia excelsa*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), bacaba, açaí (*Euterpe oleracea*), buriti, bacuri, buritiana, cacau bravo, pequi, taturubá, e animais como tatu, veado, paca, peba, jacu, onça, caítilu, queixada, anta, ema, capivara.

Com a expansão da “fronteira agrícola” na região, essa cobertura original foi profundamente modificada, principalmente, pela implantação de pastagens em mais de 1/3 de seu território e pelo surgimento de florestas secundárias homogêneas de babaçu, sucessora de grande parte das formações florestais. Em meados da década de 80, o acelerado processo de desmatamento da região começa a tornar-se visível. De acordo com a estimativa de antigos moradores, nessa época os municípios de Axixá e São Miguel não possuíam mais que 50% da floresta original.

Tabela 02 – Estrutura Fundiária por grupo de área –Tocantins.

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos (%)			Proporção da área dos estabelecimentos (%)		
	1970	1995	2003	1970	1995	2003
Menos de 100	47,7	46,4	43,4	6,2	5,4	5,6
100 – 1000	46,9	45,5	47,7	50,5	37,5	40,7
Acima de 1000	5,4	8,1	8,9	43,3	57,1	53,7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: II PNRA (2005) e IBGE (1970 e 1995), Organização: Paulo Rogério Gonçalves

<sup>7</sup> Municípios do Bico do Papagaio: Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins

Atualmente restam cerca de 5 a 10% da vegetação original e um número reduzido de espécies e populações de animais silvestres. Moradores locais relatam, ainda, a ocorrência de uma sensível alteração do regime de chuvas (período chuvoso mais curto e pouco previsível).

## 2. A APA-TO na Região do Bico do Papagaio

A APA-To é uma entidade que foi criada em 1992 por lideranças do movimento sindical e agentes da CPT com a missão de em articulação com os movimentos sociais, consolidar a reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar com a afirmação das organizações na sociedade. A APA-To atua no Estado do Tocantins via duas linhas de atuação: Estudo e Assessoria em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. A ação de Estudo e Assessoria em Políticas Públicas é desenvolvida em todo o Estado e a ação de Desenvolvimento Local é desenvolvida na região do Extremo Norte do Estado, no Bico do Papagaio.

A APA-To atua principalmente nos municípios da São Miguel, Axixá, Buriti e Esperantina. A área total ocupada por estes municípios é de 1.267,9 km<sup>2</sup>, com uma população de 32.778 habitantes, dos quais 16.628 (ou 51%) são homens e 16.150 (ou 49%) são mulheres, respectivamente.

Na região do Bico do Papagaio, onde ocorreram intensas lutas pela posse de terra, foram criadas 66 projetos de assentamentos, dos quais 13 são em Esperantina, 8 em Axixá, 5 em Buriti e 1 em São Miguel. Todavia, o quadro de alta concentração fundiária, ainda é evidenciado nestes municípios. Nos 27 projetos de assentamento, criados nos municípios destacados acima foram beneficiadas aproximadamente 1.188 famílias.

Encontramos diversas organizações na região do Bico do Papagaio e segundo levantamento realizado, a criação da maioria das organizações concentra-se em dois períodos. Estes períodos compreendem os anos de 80 a 90 e de 96 a 2000, que representam, respectivamente, 24% e 58% das organizações criadas.

No período de 80 a 90, destacam-se a criação da FETAET, dos STRs de Axixá e Regional e de quatro associações com abrangência, público e enfoques diferenciados. Com exceção da Associação de Mulheres de Buriti, as três outras associações (ABIPA, Associação dos Trabalhadores Rurais de Buriti e Associação dos Trabalhadores Rurais de Centros Múltiplos) foram criadas motivadas para responder as demandas dos pequenos proprietários e agricultores recém-assentados, no campo da produção e da comercialização. Porém, a ABIPA, como uma associação de abrangência regional, especificamente, voltada para a comercialização do mel e as outras duas de abrangência local, objetivando a comercialização dos produtos da roça. A AMB com abrangência local, surgiu da necessidade de promover o trabalho de organização e conscientização das trabalhadoras rurais sobre a luta pela terra e dos direitos da mulher. Já a FETAET (entidade de representação de grau maior) e os STRs surgem como instrumentos de defesa dos direitos e representação da classe trabalhadora rural, com forte enfoque na luta pela terra. Ao longo de sua história, a sua bandeira de luta foi se modificando, acompanhando a dinâmica do movimento sindical. É neste período que se criam 67% dos STRs e 16% das associações.

No período compreendido entre 91 a 95, funda-se o STR de São Miguel (desmembrado de Itaguatins) e surgem duas novas associações: a ASMUBIP e a Associação

da Conquista dos Pequenos Produtores do PA Ouro Verde. Ambas as organizações tem como objetivos apoiar os agricultores no campo da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar e melhoria da qualidade de vida dos/as agricultores/as. Diferenciam no fato de a ASMUBIP ser uma associação regional e de trabalhadoras rurais, dentre elas as quebradeiras de coco babaçu, que tem como foco principal a defesa dos babaçuais e valorização dos produtos e subprodutos do babaçu, por sua comercialização, além do trabalho de organização da mulher. Enquanto isso, a associação do Projeto de Assentamento Ouro Verde é local e envolve as famílias assentadas. Neste mesmo período, cria-se a Secretaria da Mulher Extrativista do CNS, que vem reforçar a discussão no campo sócio-ambiental, juntamente, com a ASMUBIP e a ABIPA, no seio do movimento sindical, além da luta pela criação de reservas e assentamentos extrativistas. Neste período, correspondem as criações de 33% dos STRs e 8% das associações. Até então, todas estas organizações foram criadas a partir da reflexão dos próprios trabalhadores e com forte ligação com os STRs.

A partir de 96, triplicam-se o número de associações locais nos municípios do pólo. Neste período, destacam-se a criação de inúmeras associações nos assentamentos, devido a motivação e/ou pressão do INCRA. As justificativas alegadas para se criarem as associações estavam sempre atreladas a facilidade de recebimento dos benefícios advindos dos programas de reforma agrária do governo federal, como os créditos habitação, fomento e alimentação, infra-estrutura e créditos PROCERA e PRONAF-A, sendo estas as principais reivindicações das famílias assentadas. Do total das associações criadas, 68% concentram-se neste período.

As entidades de apoio às organizações (CPT, APA-To e COOPTER), surgem em períodos distintos, acompanhando a dinâmica do movimento sindical. A CPT, na fase da luta pela terra, posteriormente, a APA-To para responder as demandas de produção e comercialização aos recém-assentados e pequenos proprietários titulados e a COOPTER na perspectiva de colaborar na construção de uma nova ATER no estado.

Uma das características marcantes das organizações dos trabalhadores rurais do pólo, ligados aos STRs, manifesta-se na sua capacidade de articulação e mobilização de sua base para realização de eventos de massa e luta pelos seus direitos. A existência de um fórum regional, que historicamente reúne as organizações da região do pólo, tem de certa forma contribuído para a execução das grandes ações definidas pelo movimento sindical, de forma articulada entre si. A proximidade geográfica dos municípios é um aspecto que se soma a favor das organizações.

Todavia, a partir da criação de inúmeras associações, principalmente, nos projetos de assentamento, as orientações políticas se pluralizam, entrando em cena diversos atores que influenciam a classe trabalhadora. Há, hoje, aquelas organizações dos trabalhadores rurais que mantêm uma relação de afinidade maior com o poder público local e instituições públicas e aquelas que mantêm uma afinidade maior com as organizações de sua categoria. Neste aspecto, nasce uma das causas das tensões e conflitos enfrentados pelas organizações.

A sobreposição de algumas organizações tem ocasionado tensões e disputas entre elas, ocasionando a divisão interna e a desarticulação de ações práticas para construção de um projeto comum. A con-

juntura que tem levado as lideranças a assumirem diversos cargos, a centralização de informações e a falta de credibilidade das bases são aspectos citados que também contribuem para a desarticulação das organizações dos trabalhadores rurais.

De modo geral, as organizações dos trabalhadores rurais mantêm uma fraca relação com as instituições governamentais das diversas esferas. Na maioria dos casos, as relações quando estabelecidas se mantêm no campo das negociações e proposições de políticas públicas sociais, ambientais, agrícolas e agrárias, voltadas para a agricultura familiar. Contudo, alguns convênios e parcerias são estabelecidos para execução de ações pontuais, partindo de propostas de ambas as partes. Mas percebe-se nitidamente a inexistência de articulação entre as ações visando a construção de projetos comuns.

Esta realidade é facilmente compreendida devido à postura adotada pelos governos estadual e municipal, que na ânsia de manter a sua hegemonia política, utiliza práticas de clientelismo e de assistencialismo, violando frequentemente os princípios da democracia, dos direitos sociais e humanos, ao invés de garanti-los. Constata-se também a pouca transparência na gestão dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas que deveriam servir aos reais interesses da sociedade civil. O uso da imagem das organizações dos trabalhadores rurais para promoção dos governos também tem contribuído para dificultar a articulação entre as organizações e as instituições governamentais.

Todavia, no município de Axixá, que apresenta uma conjuntura política favorável aos trabalhadores rurais, as organizações mantêm forte parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura (assumida pelo PT) e outros órgãos pú-

blicos, como o RURALTINS, buscando articular as políticas públicas com o projeto dos trabalhadores rurais.

Com a implantação do PRONAF Infra-estrutura nos municípios, cria-se uma nova relação entre a sociedade civil e o poder público local. A esfera governamental é forçada a readequar os conselhos, garantindo a participação das organizações da sociedade civil. Por outro lado, este novo canal de diálogo tem exigido das organizações uma maior capacidade de intervenção e proposição de políticas públicas.

Quanto aos sistemas de produção, a roça é a atividade desenvolvida por praticamente todos os agricultores do pólo. A lavoura cumpre a função principal de prover a família de alimentos de alto poder calorífico como arroz (*Oryza sativa*), milho verde (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), mandioca (*Manihot esculenta*) e fava, e as pequenas criações e animais de serviços com milho e mandioca. Para algumas famílias, a comercialização daqueles produtos tem função secundária e para outras é a principal fonte de renda da unidade familiar.

O tipo de prática cultural comum na região é a chamada roça de toco, mas já se constata mudança para as roças mecanizadas, principalmente, no município de Axixá e, especificamente, nos projetos de assentamento que adquiriram máquinas agrícolas com os recursos do crédito fomento ou, então, com o do PRONAF Infra-estrutura. Os agricultores de Axixá estimam que, atualmente, 70% das roças das famílias assentadas são mecanizadas e 30% de toco.

Já nos outros municípios do pólo, predomina-se a roça de toco, apesar de os agricultores considerarem a roça mecanizada a solução dos problemas enfrentados. O acesso a um trator de-

pende da “boa vontade” das prefeituras que, na maioria das vezes, destina os tratores para um pequeno grupo privilegiado ou para usos não-agrícolas.

Nos lotes dos agricultores, quando residentes na propriedade, é comum a existência do componente sítio no sistema de produção. A área desses sítios varia de 0,15 hectare a 1,8 hectares e se localiza ao redor da casa. Quando o agricultor reside nos povoados próximos às propriedades, as famílias tentam reproduzi-las ao redor de suas casas aproveitando as áreas ociosas, diferindo apenas em quantidade e em diversidade de espécies plantadas.

A tabela 03 mostra os sítios como espaços que apresentam uma diversidade de espécies destinadas para a alimentação familiar; para o tratamento de doenças e utilidades diversas. Segundo levantamento realizado, a composição dos sítios varia de 09 a 57 espécies. Ao somar todas

as plantas encontradas nos sítios atinge-se a um total de 131 espécies.

A composição dos sítios varia de município a município, verificando-se que em todos os municípios predomina-se o plantio de árvores frutíferas. Do total das espécies existentes nos sítios, em média, 88% das espécies foram plantadas pelas próprias famílias e 11% são nativas.

As pequenas criações existentes no pólo, basicamente são as criações de aves (galinha, pato, ganso, guiné e peru) e de suínos (*Sus spp*), porém, a criação de aves está mais frequentemente presente no sistema de produção das famílias do que a segunda. Dentre as aves, a criação de galinha é a mais comum e em maior quantidade. A restrição por outras aves é por serem consideradas carnes mais ofensivas para a saúde (remoso). A preferência pela criação de aves a de suíno está relacionada diretamente com o custo que a criação representa para a economia familiar.

**Tabela 03** – Relação de espécies levantadas nos sítios

Tipo de plantas	Nº de espécies	Espécies encontradas
Plantas medicinais	37	Alfavaca, amesca, arruda, babosa, boldo, camarú, canafista, capim santo, cipó pé-de-boi, cipó de escada, copaíba, embaúba, erva cidreira, folha santa, gergilim preto, hortelã, inharê, janaúba, jatobá, mamona, meracilina, malva do reino, santa maria, sete dor, ouriço, palmeirinha, para tudo, pau-de-leite, pau-piranha, pião-branco, pião-roxo, pinhão, quebra-pedra, tamburiu, vic.
Fruteiras	49	Abacate, abacaxi, abiu, açaí, acerola, ameixa, araçá, ata, atamenju, azeitona, babaçu, bacaba, bacuri, banana, buriti, bruto, cacau, café, cajá, caju, carambola, coco da praia, cupuaçu, goiaba, graviola, ingá, jabuticaba, jaca, jambo, jenipapo, laranja, lima, limão, limão galego, limãozinho, manga, mamão, maracujá, naja, murici, pequi da chapada, pequi da mata, piquiá, pitomba, pupunha, tamarindo, tanja, taturuba, siriguela.
Hortaliças e outros alimentos	27	Abóbora, aguardente, alface, batata doce, berinjela, beterraba, coentro, cebola de cabeça, couve, cebolinha, fava, feijão, inhame, jiló, macaxeira, maxixe, melancia, milho, pepino, pimenta-de-cheiro, pimenta longa, pimenta malagueta, pimenta-do-reino, pimentão, quiabô, tomate e vinagreira.
Outras utilidades	18	Algodão, açoita cavalo, cachaniona, embira preta, feijão andu, ipê, jatobá, jutaí, loro, mamoi, mogno, pau ferro, pau santo, sabia, sapucaia, taúba, tambuqui, urucum
<b>Total</b>	<b>131</b>	

Fonte: Dados de campo/APA-TO-2002

De modo geral, a pequena criação tem por finalidade principal complementar a dieta alimentar da família, com fornecimento de proteína de origem animal e, secundariamente, como tesouraria, quando não há outro produto para a comercialização. Segundo as famílias, antigamente, era mais freqüente a comercialização de aves e suínos. A renda advinda da pequena criação é destinada, principalmente, para a compra de mantimentos, vestuários e remédios para a família.

O extrativismo do mel de abelhas africanizadas e nativas sempre foi praticado pelos agricultores e, atualmente, com menor freqüência, devido à diminuição de colméias no ambiente natural e inserção da apicultura no sistema de produção da agricultura familiar da região. O incentivo da apicultura se deu por incentivos e apoios técnico e organizacional das entidades de assessoria dos/as trabalhadores/as rurais (AST, CPT e APA-TO) e da Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio- ABIPA.

O mel de abelha africanizada (*Apis mellifera*) ainda é o principal produto obtido da criação. Contudo, mais recentemente, a ABIPA tem investido em algumas experiências para a diversificação dos produtos da abelha como a produção de própolis e de mel de abelha nativa (*Melipona spp*).

A apicultura adequou-se perfeitamente ao itinerário técnico dos/as agricultores/as familiares, tornando-se uma importante fonte de renda complementar para as famílias. A safra do mel ocorre de maio a agosto, período em que as demandas por mão-de-obra familiar na roça diminuem, além de ser considerada uma atividade de fácil manejo.

Atualmente, a pecuária é a atividade econômica predominante nos municípios do pólo, destacando-se a criação de gado de corte.

O incentivo à criação de gado bovino aos agricultores familiares se deu, principal-

mente, a partir dos financiamentos de crédito PROCERA e PRONAF A e alguns com o FNO-Especial. Segundo estimativa dos agricultores, antes dos financiamentos apenas de 1 a 10% dos agricultores familiares criavam gado e, atualmente, este percentual está em torno de 80 a 90%.

Na avaliação dos agricultores, os fatores que colaboram para a introdução e a expansão da pecuária na agricultura familiar são:

- forte incentivo governamental;
- queda da produtividade agrícola, em função das terras estarem “cansadas”, levaram os agricultores a investirem na criação de gado como alternativa;
- imposição das instituições financeiras (BASA) e assistência técnica do estado (RURALTINS) para o financiamento do gado;
- desapropriação de fazendas cobertas de pastagem e com solo degradado para assentamento de famílias, as quais dificultam os cultivos agrícolas;
- inexistência de apoio para melhorar a produção da roça.

Para os poucos agricultores familiares que criavam gado antes do financiamento, esta atividade funcionava como uma poupança, em que o gado era comercializado apenas em caso de grande necessidade. Hoje, para alguns, o gado continua com a função de poupança, mas também se transformou em uma das principais fontes de renda para muitas famílias. A atividade de criação de gado, representa diferentes níveis de importância para a economia familiar, de acordo com a tipologia dos agricultores.

### 3. Conclusão da Experiência

A APA-TO atua na região por meio de um conjunto de programas que tentam responder às demandas apresentadas pelas organizações parceiras. Os programas compostos por projetos, serão apresentados abaixo neste quadro resumo:

Quadro resumo dos projetos da APA-TO para o Ano de 2006

Programa	Nome do projeto	Objetivo	Entidade financiadora	Duração	Início do projeto	Recursos humanos
<b>Manejo de agroecossistema</b> Contribuir na construção de um novo modelo tecnológico, que valorize o conhecimento local e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio do fortalecimento dos grupos de base, a fim de garantir a segurança alimentar, valorização, conservação e recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade, além da geração de renda.	Organização comunitária para Manejo de Reserva	Sensibilizar e organizar os agricultores familiares para o manejo florestal comunitário nas reservas legais de 04 PAs de Axixá - TO	PROMANEJO	16 meses	01/02/05	Bióloga com mestrado Engenheiro Florestal
	Assessoria agrícola no Bico do Papagaio	Fortalecer o movimento agroecológico, com construção de referenciais agroecológicos e protagonismo dos agricultores.	MISEREOR	36 meses	01/01/05	Agrônoma Administrador (1/2) Secretária 01 nível médio
	ATER em atividades florestais e agroflorestais	Promover uma ATER diferenciada a agricultores(as) familiares com enfoque na atividade florestal e baseado no plano de uso da propriedade.	FNMA MMA	48 meses	01/01/06	02 técnicos de nível médio 16 agentes agroecológicos
	ATER aos(as) agricultores(as) familiares e pescadores(as) artesanais do Pólo Pioneiro do Bico do Papagaio	Promover e ofertar uma ATER diferenciada aos(as) agricultores(as) familiares baseada no plano de uso da propriedade	SAF-MDA	1 ano	01/01/06	Técnico em meio ambiente Técnico em agricultura Técnico agropecuário 2 Tec. Nível superior
	Apoio à implementação dos planos de uso das propriedades.	Possibilitar a diversificação do sistema de produção baseado nos planos de uso da propriedade e apoiar na estruturação de quatro casas de farinhas	Coord. Agroextrativismo MMA	6 meses	01/01/06	1 técnico nível médio 1 técnico administrativo

Continuação do quadro de resumo:

Programa	Nome do projeto	Objetivo	Entidade financiadora	Duração	Início do projeto	Recursos humanos
<b>Economia Solidária</b> Apoiar processos de economia solidária dos produtos agroextrativistas de forma articulada e na perspectiva da agroecologia, a fim de contribuir na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e sua permanência no campo.	Organizar a produção e o comércio dos produtos	Apoiar os diferentes processos de organização da produção e comercialização dos produtos agroextrativistas, destacando o babaçu, mel, frutas e farinha e na gestão dos empreendimentos.	CORDAID	36 meses	01/01/05	01 Auxiliar administrativo 03 Técnico nível superior
<b>Políticas Públicas</b> Promover junto às organizações sociais o conhecimento e articulação das políticas públicas, contribuindo na construção participativa do desenvolvimento local sustentável e oferecer assessoria na negociação de políticas públicas e favorecer a gestão, co-gestão e construção de políticas públicas pelas organizações.	Observatório de políticas públicas	Disponibilizar para as organizações de agricultores/as familiares do TO um serviço qualificado de análise, assessoria e comunicação social, para favorecer a apropriação e o controle social das Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar.	MISEREOR	36 meses	01/01/05	Agrônomo 1 Secretária

# A experiência da ADAFAX: Agricultura familiar e políticas públicas no Alto Xingu e Sul do Pará

## 1. Contexto da experiência

As frentes agrícolas amazônicas acolhem as populações rurais mais desfavorecidas do Brasil (migrantes sem-terra essencialmente originários do Nordeste e das regiões de influência da rodovia Belém-Brasília) lhes oferecendo somente situações precárias e por vezes dramáticas: baixos rendimentos, insegurança fundiária, trabalho escravo, pressão dos grandes madeireiros assim como das grandes fazendas, ausência quase total de serviços sociais.

Os circuitos econômicos, comerciais e de apoio técnico nessas regiões são dominados pelos grandes pecuaristas. Tudo empurra o agricultor familiar a se moldar no esquema de implantação das pastagens e da criação bovina extensiva, que beneficiam em última instância os grandes criadores: a falta de alternativas produtivas em um contexto marcado pelas grandes dificuldades de transporte, a facilidade de instalação das pastagens e de aquisição dos rebanhos (os grandes criadores oferecem

rebanhos em contratos de meia aos agricultores familiares), o rendimento que oferece a criação à curto prazo, enquanto se utiliza as pastagens recentemente instaladas, finalmente o ideal muito difundido de se parecer com o « fazendeiro », marca do sucesso social no meio rural brasileiro.

Em seguida, o colono é levado a vender suas terras uma dezena de anos após sua instalação, diante da degradação progressiva de suas pastagens, da impossibilidade de plantar suas culturas alimentícias, difíceis de produzir nos estabelecimentos que perderam suas últimas parcelas de floresta, sobretudo o volume de dinheiro que o comprador lhe faz espelhar, entretanto bem inferior ao valor do trabalho de melhoramento do terreno que o agricultor familiar e sua família efetuaram. A expansão da pecuária se reflete na queda da demanda por mão-de-obra e de oportunidades de emprego e renda, considerando a sua baixa dinâmica na geração de emprego. Assim, nas regiões de frente pioneira, têm-se o esvaziamento progressivo do

A tabela seguinte mostra a evolução recente da população, conforme os censos oficiais.

**Tabela 04** - População do Alto Xingu e Conceição do Araguaia

	Censo IBGE 1996	Censo IBGE 2000	Censo IBGE 2000 Rural	Censo IBGE 2000 Rural - %
<b>Alto Xingu</b>				
São Félix do Xingu	40983	34516	22016	64%
Tucumã	34560	26504	9871	37%
Ourilândia	16371	19645	9781	50%
<b>Total Alto Xingu</b>	<b>91914</b>	<b>80665</b>	<b>41668</b>	<b>52%</b>
<b>Conceição</b>				
Conceição do Ar.	45008	43453	14099	32%
Santa Maria das B.	10364	11163	9720	87%
Floresta do Ar.	13757	14286	9399	66%
<b>Total Sul Pará</b>	<b>69129</b>	<b>68902</b>	<b>33218</b>	<b>48%</b>

Fonte: IBGE 1996, 2000.

campo, em função da concentração fundiária, suceder ao crescimento populacional acelerado da fase de ocupação. A colonização familiar encontra-se incapaz de determinar o seu futuro, tornando-se ator em parte inconsciente de uma história escrita por outros.

Na região do Alto Xingu, a frente pioneira é ativa, particularmente na Terra do Meio, globalmente caracterizada por uma extração mineira das madeiras preciosas, insegurança sobre a garantia de acesso a terra, ligada a conflitos fundiários (frequentemente violentos) entre grandes proprietários e agricultores familiares, utilização de mão-de-obra escrava (particularmente em São Félix do Xingu) por fazendas e a invasão de Terras Indígenas. Os grandes pecuaristas e os madeireiros apóiam a ocupação das terras pelos colonos em um primeiro momento, para se proteger das ações do Governo Federal (Terra do Meio, Terra Indígena Apyterewa). Na região de Conceição do Araguaia, a situação dos pequenos colonos familiares é ainda mais precária pela influência dos grandes pecuaristas e a entrada recente da soja. Estas frentes de grandes empresários funcionam como uma segunda colonização, comprando as terras ou expulsando os pequenos colonos pela violência.

No município de São Félix, durante o período de 1980 até 1996, houve um crescimento populacional acelerado, devido à imigração, mantendo uma taxa geométrica anual de crescimento em torno de 4 %. No período seguinte, de 1996 a 2000, vê-se desacelerar este crescimento, em razão da concentração fundiária. O município de Tucumã está claramente na fase da pecuarização e concentração fundiária (elevada perda de população). Os dados secundários

revelam que a maioria dos estabelecimentos e das pessoas ocupadas nessas regiões encontra-se em grupos de área de até 200 hectares, o que demonstra a importância sócio-econômica das “Unidades Camponesas de Base Familiar” no meio rural. Não obstante, há uma profunda assimetria na distribuição das terras: em São Félix, enquanto as unidades camponesas respondem por 87,7% dos estabelecimentos e dispõem de 32% da área, as fazendas e os latifúndios que respondem por apenas 11,5% dos estabelecimentos, ocupam 68% da área.

A consolidação da pequena agricultura familiar de frente pioneira permite um desenvolvimento rural mais equitativo, justo e ameniza significativamente os ritmos de desmatamento, pela troca da pecuária por atividades que necessitam áreas menores e pela diminuição da ocupação de terras de floresta virgem por migrantes. Por exemplo, o cacau permite uma renda equivalente a da pecuária com uma área 10 vezes menor, o que manteria uma densidade populacional pelo menos duas vezes maior; facilitando assim, a manutenção dos serviços sociais de base (postos de saúde, escola, estradas e transporte) e justifica uma presença mais forte e atuante do Estado.

Apesar de lucratividade maior, o cacau é hoje desenvolvido por menos de 10 % das famílias de São Félix do Xingu, que vêm experimentando um gradativo processo de modernização e diversificação. A área destinada às principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, em 2001, foi de 91.600 hectares. As culturas temporárias ocupam 79 % da área, com produção em queda. Considerando o período 2001/2004, o arroz cai em 73%, o feijão em 95%, o milho em 88% e a mandioca de 2001

para 2002, em cerca de 25%. A produção de grão vem despertando grande interesse por parte desses agricultores.

## 2. A ADAFAX no Alto Xingu e as Políticas Públicas

O movimento sindical da região, tanto no Alto Xingu como na região de Conceição do Araguaia, se concentrou historicamente na luta pela terra e na obtenção de maior volume de crédito (FNO, Pronaf) para a agricultura familiar, temas de grandes conquistas nos últimos anos.

O Governo Federal aplica hoje na região do Alto Xingu uma política agrária baseada na implantação de Projetos de Assentamentos (PAs). As sérias questões fundiárias têm origem, na maioria das vezes, na superposição das pretensões (posses), passando a haver mais ocupantes do que terra em determinada região. Além disso, a falta de conexão entre o sistema cartorário (registro Imobiliário) e o sistema cadastral (INCRA) tem facilitado a ação de grileiros, levantando dúvidas até mesmo sobre imóveis desapropriados pela União.

Um levantamento realizado pelo INCRA de São Félix indica 3.443 famílias (o que deve representar a maioria das famílias rurais do município) repartidas em 12 PAs totalizando uma área de 9.628 Km<sup>2</sup>. Na região do Alto Xingu, foram investidos no período 2003 a 2005, conforme o INCRA, R\$ 3.800.000 para construção de casas, R\$ 1.800.000 de crédito de apoio; R\$ 4.229.380 para construção de estradas vicinais, mais de R\$ 14.000.000 para eletrificação rural, R\$ 984.000 em assistência técnica nos PAs, R\$ 23.014.436 em Pronaf A e D perfazendo assim um investimento na agricultura familiar direto em torno de R\$ 48 milhões.

Esse investimento federal direcionado para agricultura familiar na forma de viabilização de PAs tem o seu limite, em termos de implementação:

- Há comunidades não-atendidas na região da Tancredo Neves, do Km21 e na Terra do Meio, no caso de São Félix;
- É uma política que atinge dificilmente os colonos recém-chegados, mesmo se alguns colonos da Terra do Meio acessaram crédito FNO por meio do BASA;
- Há o efeito negativo da multiplicação das Associações “para o crédito”: fragmentação da representação da agricultura familiar;
- A ATER, por ter poucos meios (1 técnico por 100 famílias ou mais) se limita a elaborar projetos de crédito, logo não assiste nem fiscaliza.

Mas o seu principal limite é no fato de que ele se constitui em uma simples política de compensação frente à corrente dominante das políticas estaduais e federais voltadas para a pecuária e o agronegócio. Essa política de viabilização de assentamentos dificilmente consegue se apoiar na elaboração de um programa global de reforço da agricultura familiar e é, portanto, condenada a acompanhar e às vezes acelerar o processo de instabilidade dos agricultores. A avaliação atual do movimento social é que o crédito, da forma como é liberado, não contribui na estabilização das famílias e em certos casos acelera o processo de pecuarização.

A política ambiental, junto com a proteção das Terras Indígenas tem impacto indireto na região até agora, destinando áreas afastadas dos principais eixos viários à conservação. No entanto, o volume atual das áreas protegidas,

desde a criação do Mosaico da Terra do Meio (Estação Ecológica da Terra do Meio, Parque Nacional da Serra do Pardo), proíbe um novo grande deslocamento da frente pioneira, atualmente progredindo na TI Apyterewa de forma ilegal e na futura APA (ao longo e ao Sul da estrada Canopus). A questão é da capacidade real do Governo Federal de fiscalizar essas áreas.

A implantação recente dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis não teve grandes repercussões na capacidade das organizações de agricultores de formular políticas. No município de São Félix do Xingu e de Conceição do Araguaia, os CMDRS integram de forma significativa representantes das organizações. No entanto, no melhor dos casos, os movimentos conseguem negociar alguns investimentos pontuais, sem grande alcance (exemplo do apoio às CFRs nos dois municípios). A FETAGRI conseguiu recentemente se posicionar como prestadora de serviço de assistência técnica nos Projetos de Assentamento do INCRA. Não obstante, encontra grandes dificuldades para viabilizar os recursos dessa assistência técnica.

#### • A ação da sociedade civil

Em São Félix do Xingu, o STR e a Cooperativa CAPPRU (Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos), têm uma estratégia definida para o desenvolvimento da agricultura familiar da região. A visão da CAPPRU e do STR é que é necessário desenvolver alternativas de produção, como os cultivos permanentes, capazes de fixar o agricultor na terra. Intermedeiam a contratação de créditos bancários para os seus sócios, créditos de investimento como o Proceira

e o FNO, para quem procura implantar esses cultivos.

A CAPPRU foi fundada em 1992 a partir de quatro associações de pequenos agricultores do município, com o objetivo de comercializar em produções alternativas à pecuária (farinha de mandioca, feijão, arroz). Desde então, concentra suas atividades na comercialização de cacau, castanha-do-Pará e milho (deixou os demais produtos para as associações) e na administração de um pequeno supermercado na sede de São Félix do Xingu (aberto em 1995). Ela tem 120 sócios e mais de 700 fornecedores organizados em núcleos conforme as associações de origem (São Félix, Tancredo, Taboca e núcleos das associações Aliança do Xingu e Cacuxi sediadas na Terra do Meio).

A CAPPRU iniciou, em 2002, uma parceria com a CPT para fornecer assistência técnica aos sócios no campo das produções alternativas à pecuária, na forma de um acompanhamento de grupos de agricultores. A experiência técnica da grande maioria das famílias de imigrantes das frentes agrícolas se reduz às operações de derrubadas e queimadas para a produção de culturas alimentícias (arroz, milho, feijão, mandioca) e manejo extensivo de gado. Poucos têm uma experiência ligada às culturas perenes (cacau para os baianos, banana e café para os paranaenses e os capixabas, pimenta para os paraenses). A CPT, a CAPPRU e a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu apóiam a formação dos jovens agricultores na Casa Familiar Rural desde 2004. Os jovens são representativos do município e a CFR mantém um acompanhamento na sua comunidade de origem. As três entidades, CAPPRU, CPT, CFR, fundaram a Associação para o Desenvol-

vimento Sustentável da Agricultura Familiar do Alto Xingu (ADAFAX), com o objetivo de elaborar um programa de desenvolvimento para a agricultura familiar da região de elaborar e implementar projetos.

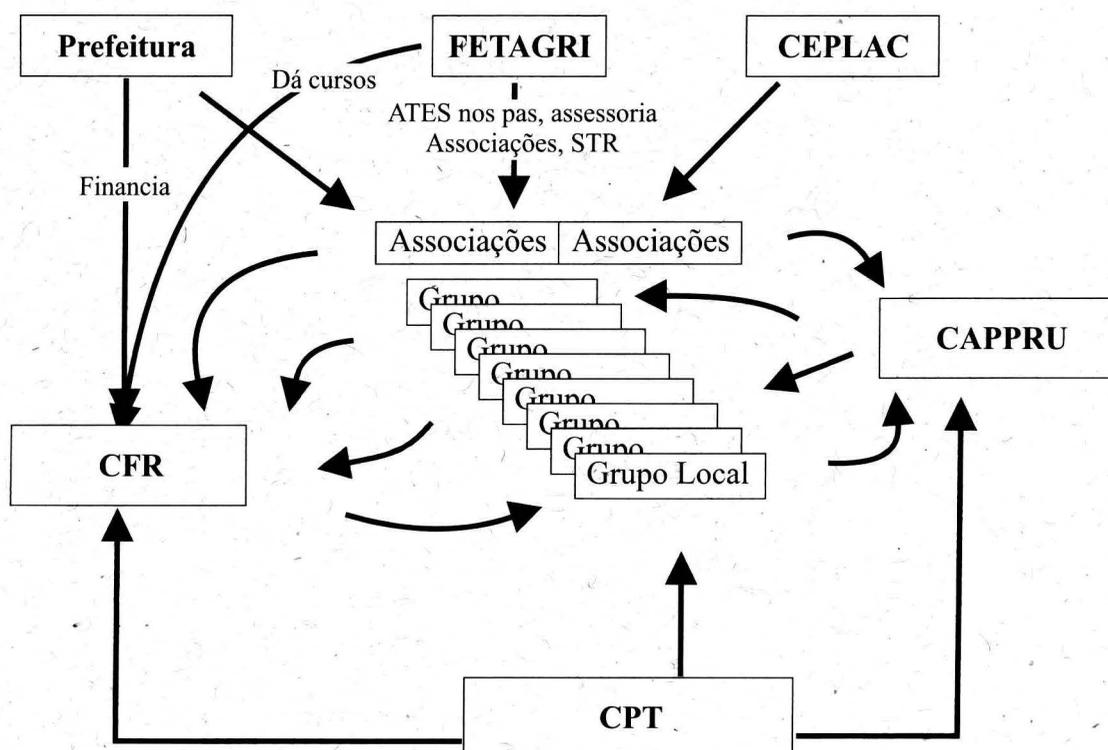
No Sul do Pará, existe um dispositivo similar apoiado pela CPT. Duas CFRs estão funcionando (Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia). A CPT apóia uma rede de agricultores experimentadores nos PAs da região e organizações de comercialização (APIFAN).

As CFRs são pensadas como eixo principal da discussão técnica nessas regiões, por meio do reforço aos grupos locais de agricultores. As organizações de comercialização trabalham no sentido de oferecer alternativas viáveis para venda de produtos alternativos à pecuária. Os grupos locais de agricultores são o nível privilegiado de atuação dos parceiros, como o mostra a figura a seguir.

• **Funções das parcerias no programa da ADAFAX (Alto Xingu)**

As CFRs vem sendo implementadas na região amazônica com o apoio pedagógico e institucional da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR). Visam suprir as limitações do ensino formal (que não atende toda a população e é pouco adequado à realidade do agricultor). A proposta das CFRs (e das EFAs) é de constituir-se em centros de discussão do desenvolvimento local das agriculturas familiares; além disso, articuladas com o sindicalismo, devem contribuir na elaboração de programas regionais de desenvolvimento rural. No entanto, no momento atual, as CFRs encontram limitações:

- Dificuldades de financiamento. Ainda são dependentes de parcerias frágeis, com entidades de apoio (que dependem de projetos pontuais), com governos municipais (que podem mudar de política quando muda a administração). A ARCAFAR procura estabilizar o financiamento das Casas por Convênios formalizados e de parcerias na esfera estadual ou federal;
- Capacitação das Associações de pais, dos monitores. As Associa-



- ções Gestoras das Casas têm geralmente pouca prática e capacitação para os seus desafios. Apesar de avanços (notadamente com as formações do NEAF/UFPa), os monitores são pouco capacitados para a pedagogia da alternância;
- Os jovens se formam em prioridade para sair do campo, encontrar empregos fora da agricultura, o que coloca em questão a função das Casas de fomentar as discussões dos agricultores nas regiões, de capacitar novas lideranças. Avaliamos que nas turmas formadas, a metade dos jovens sai da atividade agrícola direta. Essa situação pode piorar com a implantação do ensino médio em alternância;
  - Problema de reconhecimento formal: o reconhecimento de diploma ainda não está garantido pelo MEC; o programa PRONAF Jovem, que deve facilitar a articulação do sistema CFR com ATER e crédito, ainda é frágil e de difícil acesso;
  - As CFRs e EFAs são pouco apoiadas pelo sindicalismo, mesmo se em certos municípios entram na pauta de negociação (São Félix por exemplo);

No entanto, vários elementos demonstram o grande potencial das CFRs para assumir esse papel central no desenvolvimento local da agricultura familiar:

- As CFRs selecionam famílias interessadas na agricultura e nas técnicas. O público trabalhado é a priori o mais ativo na construção da discussão;
- As CFRs selecionam comunidades e se relacionam com grupos de agricultores representativos de

uma região. Conseguem trazer gente dos diferentes locais e construir uma discussão municipal abrangente;

- As CFRs e EFAs têm grande potencial de parcerias como demonstra o dinamismo da proposta: sindicalismo, prefeituras, órgãos técnicos.

### 3. Conclusão da Experiência

Alerta-se sobre o contexto globalmente desfavorável ao desenvolvimento sustentável nas frentes pioneiras. A expansão atual do agronegócio na Amazônia, sob as suas diversas formas (pecuária extensiva, exploração madeireira, agricultura empresarial, mineração empresarial), piora essa situação, com todo o apoio das macropolíticas estaduais e federais aplicadas na região.

No entanto, várias linhas de políticas públicas existentes, se fossem adequadamente implementadas, poderiam reforçar a agricultura familiar e as dinâmicas sustentáveis na região. São elas: a política fundiária, a política ambiental, a política de assistência técnica e de formação rural, a política de crédito. Uma implementação adequada dessas políticas passa por um papel crescente das organizações da agricultura familiar na formulação e no monitoramento das políticas públicas.

A política fundiária é a peça chave da intervenção pública nas regiões de frentes pioneiras. De um lado, a titulação das terras dá a segurança para os agricultores investirem nela, do outro lado induz um aquecimento do mercado fundiário: terras tituladas atraem produtores capitalizados, que aceitam comprá-las por preços mais altos, forçando a venda pelos mais descapita-

lizados e provocando um processo de concentração fundiária. Na pior das hipóteses, a agricultura familiar desaparece da região deixando as suas áreas para a agricultura empresarial. Conseqüentemente, o momento e o local onde é implementado o processo de legalização fundiária (pelo INCRA ou ITER-PA), devem ser cuidadosamente avaliados. Medidas de acompanhamento para a agricultura familiar mais fragilizada (subsídios, créditos, construção de infra-estruturas), devem ser tomadas anteriormente à legalização da terra. A situação é pior quando a legalização fundiária ocorre em uma região ocupada por agricultores descapitalizados, e cobiçada por produtores empresariais, sem os devidos investimentos em infra-estruturas e meios de produção: vemos nesse caso os novos assentamentos se esvaziarem de suas famílias. O correto seria proporcionar investimentos antes da legalização, direcionados para as famílias mais descapitalizadas. Também não podemos esquecer a vertente da política fundiária que se aplica diretamente aos produtores empresariais. Desse ponto de vista, a mudança do limite de 100 para 500 hectares para titulação na Amazônia é um mau sinal, assim como as maiores dificuldades introduzidas na legislação para desapropriação de terra para fins de reforma agrária.

A política ambiental, principalmente implementada pelo governo federal por meio dos órgãos ligados ao MMA, ganha importância na região do Alto Xingu. A fiscalização das Terras Indígenas e criação de novas áreas protegidas (Mosaico da Terra do Meio) acaba modificando as dinâmicas territoriais da frente pioneira: mesmo se a efetiva fiscalização é pouco eficiente (o IBAMA não implementou o seu posto avançado em São

Félix, previsto desde início de 2005), a dúvida sobre a futura titulação em áreas protegidas é suficiente para afastar compradores potenciais e desaquece o mercado fundiário formal e informal na região. O Código Florestal impõe uma reserva florestal de 80 % das propriedades, atrelando progressivamente a concessão de créditos à comprovação desse critério, vai no sentido de diminuir os ritmos de desmatamento. No entanto, os limites da política ambiental decorrem da sua incapacidade em diferenciar as suas modalidades para a agricultura familiar e da inexistência de medidas favorecendo o desenvolvimento sustentável.

É de notório saber a agricultura familiar implementar dinâmicas de desmatamento bem menos agressivas que as dos produtores empresariais: basta comparar o nível de desmatamento em áreas ocupadas por agricultores familiares e empresariais, levando em conta o tempo de ocupação (no Alto Xingu ou na Amazônia como um todo). Os órgãos ambientais dificultam a emissão de licenças de desmatamento para pequenos agricultores, sem aplicar uma fiscalização de fato sobre as amplas áreas desmatadas pelos grandes. Eles não apóiam atividades sustentáveis alternativas à pecuária, como cultivos permanentes, sistemas agroflorestais, manejo florestal. Pelo contrário, a burocracia, os custos e a complexidade dos procedimentos impossibilitam muitas vezes a implementação dessas alternativas.

A política de assistência técnica, entendida como os instrumentos de formação e acompanhamento de agricultores, de difusão de técnicas e práticas adequadas às evoluções do meio rural, é pouco desenvolvida e na maioria das regiões, inexistente. A ATER ou a ATER

só é direcionada para assentados e é estritamente relacionada ao crédito. Mesmo assim, os poucos recursos disponíveis impossibilitam uma contribuição de fato na dinâmica dos agricultores: com uma relação de um técnico para 150 famílias ou mais, um profissional com maior boa vontade só poderia visitar uma vez por ano cada família. Na prática, quando a visita ocorre, trata-se do preenchimento de planilhas de projeto bancários e muito pouco de discussão técnica. Do lado das entidades de pesquisa ou de formação, poucos ou nenhum trabalhos são desenvolvidos no sentido de contribuir de forma adequada às condições reais do agricultor familiar. Assim, a evolução técnica da agricultura familiar, eixo prioritário do desenvolvimento sustentável em frentes pioneiras, mesmo em assentamentos, não é trabalhada. Do lado das organizações de agricultores e das entidades de apoio, duas iniciativas devem ser apoiadas: os centros de formação em alternância (CFRs e EFAs), aos quais nos referimos, que podem se constituir em espaços de elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável; as redes de agricultores-técnicos ou agricultores-experimentadores, que preencham o vácuo existente em termos de propostas técnicas adequadas. De tal forma que uma proposta de ATER hoje dificilmente pode ser pensada sem a participação dos agricultores e das suas organizações.

O crédito é um instrumento de desenvolvimento importante, no entanto, específico. Trata-se de apoiar estabelecimentos agrícolas na sua função de produção, com base financiamento de atividades suficientemente conhecidas e seguras para garantir aos bancos o seu ressarcimento. Crédito não tem nada a

ver com experimentação. No entanto, grandes desperdícios ocorrem por falta de adequação das atividades financiadas às condições dos agricultores, à falta de monitoramento e à assistência técnica: os parâmetros técnicos dos projetos são pouco adequados (por exemplo, compras obrigatórias de insumos inúteis), a lista dos itens financiáveis é rígida, as normas do crédito são instáveis, os critérios dos bancos dominam o processo (o projeto deve demonstrar viabilidade financeira no papel, sem levar em conta a situação real do beneficiário), os critérios de seleção dos beneficiários são pouco objetivos. No caso de atividades novas, a falta de formação e de capacitação de agricultores, leva ao fracasso e inadimplência (exemplo da produção de mudas e condução de lavouras permanentes). As necessidades de financiamento da agricultura familiar são bem mais diversas das atendidas hoje pelos programas de crédito. Não existem, por exemplo, instrumentos financeiros que permitam controlar os impactos de acidentes pessoais (acidentes de trabalho, doenças, mortes) ou agrícolas (quebra de safra) na vida da família. Não existem investimentos públicos na comercialização e beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, processo fundamental na viabilização de alternativas. Mais grave ainda, a baixa governança efetiva dos programas de crédito os impede de se tornarem instrumentos de transformação da realidade rural: financiamentos sem critérios reforçam no final as dinâmicas insustentáveis em curso, aceleram a pecuarização e a concentração fundiária. A prática de criação de associações, totalmente descompromissada, leva à fragmentação da representação da agricultura familiar. Assim, os instrumentos financeiros

destinados à agricultura familiar devem ser objeto de avaliação aprofundada e redesenhados.

Boa parte dessas observações decorre do fato que as condições locais são insuficientemente levadas em conta na implementação das políticas. Para mudar esse quadro, a participação das organizações de agricultores, adequadamente reforçadas para esse propósito, deve ser garantida na formulação e no monitoramento das políticas. Não basta convidar essas organizações em Conselhos Municipais, Territoriais, Estaduais de Desenvolvimento, direcionar parte do recurso da ATER para elas admi-

nistrarem, se não lhes forem garantidos os meios humanos e econômicos para cumprir o seu papel específico de organizações representativas. As organizações devem ser reforçadas institucionalmente no campo da formulação de projetos e programas, da avaliação e monitoramento de políticas, da implementação de instrumentos específicos (formação, assistência técnica, crédito, programas ambientais, política fundiária, gestão de parcerias, etc.). Sem esse cuidado, a dinâmica existente de descentralização das políticas no Brasil se assemelha ao processo de cooptação das organizações locais.

## Bibliografia

MUCHAGATA, M., M. AMARAL, et al. (2003). A participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas agrárias e ambientais na Amazônia oriental nos anos 90. Reforma agrária e meio ambiente. N. ESTERCI and R. SILVA TELLES DO VALLE. São Paulo, ISA: 89-105.

ALBALADEJO, C. (2005). Les nouvelles politiques publiques de développement rural en Amazonie: quels apprentissages territoriaux ? L'Amazonie brésilienne et le développement durable. Expériences et enjeux en milieu rural. C. ALBALADEJO and X. ARNAULD DE SARTRE. Paris, L'Harmattan: 49-68.

Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu (2006). Território Alto Xingu, PMS-FX.

CPT (2002). Diagnóstico rápido do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Xingu (municípios de São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte). Tucumã-PA, CPT.

Sablayrolles, P., V. Alves, et al. (2005). Projeto Pará (2001-2005). Desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável e gestão dos recursos naturais na região do Pará Oriental (Amazônia Brasileira). Relatório final. São Félix do Xingu, CPT, LAET, GRET.

## Difusão de técnicas e formação de agricultores

Na política de ATER fica claro que os recursos humanos, de infra-estrutura e de equipamentos são insuficientes em todas as regiões. A assistência técnica no melhor dos casos só permite viabilizar o repasse dos recursos do crédito aos agricultores. No caso do crédito não se vê possibilidade de grandes avanços sem ela ir de fato às comunidades fazer o acompanhamento. Sem resolver esse ponto, além do crédito, todo o processo de desenvolvimento fica emperrado. Em Cametá, o desenvolvimento da apicultura, de interesse das comunidades, fica emperrado pela falta de suporte técnico; a mesma situação se observa no Alto Xingu para os cultivos permanentes.

Não existem elos suficientes com as experiências dos agricultores (agricultores-técnicos) e das Casas Familiares Rurais, experiências que, se forem devidamente apoiadas, podem fazer parte da solução.

### O que deu certo ou limites nas experiências apresentadas

Alguns aspectos relevantes apresentados pelas experiências:

- No Baixo Tocantins, tem-se experimentado métodos alternativos de assessoria técnica, tais como:
  - Formação de agentes multiplicadores;
  - Ações fortemente refletidas por demandas locais;

- A proposta da CFR garante elevado número de famílias acompanhadas e ao mesmo tempo qualidade no acompanhamento.

- No sul do Pará, o intercâmbio entre agricultores tem sido estratégico para definir proposta de capacitação e assessoria técnica;
- A experiência das Casas Familiares Rurais tem sido um diferencial, no caso do Baixo Tocantins.

As duas regiões de importância para agricultura familiar presentes no grupo (Sul do Pará e Baixo Tocantins) apresentam dinâmicas diferenciadas, por meio de – entre outras características – relações socioculturais, acesso e uso dos recursos naturais distintos.

Isso tem trazido impactos diferenciados das políticas públicas, seja na política de ATER, seja nos estágios diferenciados de implementação da proposta de Casas Familiares Rurais (Sul do Pará, fase embrionária; Baixo Tocantins, com boa infra-estrutura).

O processo de formação das Casas Familiares Rurais ainda precisa ser consolidado. O quadro de técnicos e monitores das Casas ainda é incipiente para a demanda, bem como sua instalação (no caso do Sul do Pará/ São Félix do Xingu) e manutenção (Baixo Tocantins). Além disso, o acompanhamento das famílias envolvidas na proposta das

Casas precisa ser consolidado, dada dificuldade em garantir seu funcionamento. No Baixo Tocantins, a APACC tem conseguido êxito por meio de projetos aprovados e engajamento dos movimentos sociais.

No entanto, persiste o desafio de estruturar um sistema de monitoramento das famílias envolvidas que inclua critérios estabelecidos conjuntamente pelos técnicos e famílias. Isso fortaleceria o diálogo com as famílias para consolidação das CFRs e consolidação da proposta como alternativa para os órgãos públicos.

As experiências indicam forte relação entre mudanças tecnológicas e a proposta das Casas Familiares Rurais.

### **Em que as políticas públicas ajudam ou limitam as ações de ATER e a proposta de CFR**

De um modo geral, o grupo identificou a necessidade de consolidar fóruns de discussão interinstitucional como mecanismo eficiente de fortalecimento das propostas oriundas das experiências em curso. No entanto, avaliam a influência das propostas da seguinte maneira:

#### **• No caso de ATER:**

- Existência de recursos para pagamento do serviço de ATER;
- No entanto, a relação técnico(a)/família assistida tem sido incompatível com a qualidade do serviço prestado. Isto inviabiliza a implementação de serviços com práticas alternativas e construção de

um novo modelo na relação com as famílias;

- A política de ATER não absorve a possibilidade de profissionalização de agricultores. Portanto, experiência como a de agentes multiplicadores desenvolvida no Baixo Tocantins torna-se de difícil operacionalização na concepção do Governo.

#### **• No caso da proposta de CFR:**

- De um modo geral – e mesmo que pontualmente – o Estado tem assumido alguns custos de operacionalização da proposta de CFRs;
- No entanto, existe descontinuidade no apoio e fragilidade nos contratos entre CFR e prefeituras. Dessa forma, é comum o descumprimento de acordos por parte do órgão público;
- A assimilação da proposta de CFRs pelo poder público remete a uma necessidade de ruptura com métodos tradicionais de formação.

Diante disso, as propostas para políticas públicas, sugeridas pelo grupo, foram:

- Remuneração de trabalhadores(a)s pelo serviço de assistência técnica;
- Internalizar proposta de CFRs nas agendas das diversas instituições de representação e apoio aos movimentos sociais (ARCAFAR como grande articuladora do Governo);
- Consolidação da proposta CFR como alternativa para profissionalização de jovens filhos de trabalhadores(a)s rurais.

## Financiamento e crédito

O crédito à produção constitui uma política fundamental para a agricultura familiar, que foi historicamente marginalizada nas políticas públicas. A implementação dos programas FNO e Pronaf nos anos 90 foi uma conquista marcante do movimento sindical amazônico. Em muitas regiões, a liberação dos créditos permitiu a consolidação dos pequenos agricultores em dificuldade. Os programas de créditos constituem instrumentos importantes na orientação do desenvolvimento regional das agriculturas familiares e permitem debate de projetos regionais.

No entanto, ficam claros atualmente os limites decorrentes das modalidades de implementação dos programas de crédito destinados à agricultura familiar. Na prática, esses programas tendem a desarticular os movimentos sociais.

Em primeiro lugar, os programas de créditos são implementados sem a devida conexão com um modelo viável de desenvolvimento para a agricultura familiar. O beneficiário do crédito vira cobaia, o que não pode acontecer: o crédito deve difundir propostas seguras. No Baixo Tocantins, foi financiado murici, coco, laranja, caju em larga escala que se perdeu por falta de mercado, se financiou açaí de várzea com proposta técnica inadequada, o que quebrou boa parte dos beneficiários. Os programas têm grande rigidez nos itens financiáveis e carecem de alternativas para a diversificação. São inúmeros os casos de datas atrasadas na liberação de recursos, inviabilizando o calendário agrícola.

Em segundo lugar, a quase ausência de assistência técnica, de monitoramento e de formação dos agricultores inviabilizam praticamente a difusão de propostas viáveis. No Bico do Papagaio, os projetos diversificados (para coqueiros) fracassaram por falta de mercado e falta de assistência técnica. No Baixo Tocantins, o financiamento da pimenta não foi acompanhado tecnicamente, o que não permitiu evitar o declínio da lavoura. No Alto Xingu, é mais fácil para assistência técnica encaixar todos os projetos de crédito na pecuária, já que tem as planilhas prontas: em Tucumã, a pecuária está em crise pela degradação dos pastos, mas continua como a única financiada.

O resultado desses desajustes são altas taxas de fracassos nos projetos financiados, na maior parte das vezes com ônus exclusivamente assumido pelo beneficiário. Quando ele não pode pagar, crescem as taxas de inadimplência frente aos bancos. Por exemplo, na região do Baixo Tocantins foram citadas taxas de um terço à metade dos agricultores inadimplentes, conseqüentemente excluídos dos programas de crédito, o que torna crítica a situação da agricultura familiar.

O Pronaf Mulher, que atrela demais a mulher ao esposo, não se efetiva: nenhum projeto foi liberado no Baixo Tocantins até hoje.

O financiamento dos órgãos técnicos existentes (EMATER, Prestadoras de serviço) são quase que exclusivamente relacionados à elaboração e laudos de projetos de crédito. Estes

de um lado não conseguem fazer mais do que viabilizar administrativamente o repasse do crédito e de outro não são propensos a abrir mão do papel do técnico para outras parcerias. O movimento sindical tem dificuldade em pautar a reivindicação de assistência técnica de qualidade na sua luta (exemplo do Baixo Tocantins e do Alto Xingu).

### Lições Tiradas das Experiências

Na região amazônica, o crédito está sob controle exclusivo dos bancos. Isso cria numerosos problemas de vários tipos. Não existe tolerância ou adaptação do banco frente às dificuldades diretamente vinculadas às atividades agrícolas, principalmente na agricultura familiar. As condições atuais são muito rígidas e uniformes. Elas não permitem enfrentar situações específicas de cada tipo de produção conforme o seu ciclo agrícola. O caráter imprevisível das safras não é incluído nas condições. Por exemplo, no caso da pimenta-do-reino, a grande diferença de preços entre o período de elaboração do projeto e a época de venda complica a viabilidade do crédito. Existe também uma inadequação com o calendário agrícola por causa de prazos burocráticos para elaboração de dossiês. Muitas vezes, o financiamento é liberado muito tarde e isso compromete o resultado da produção e conseqüentemente, o reembolso do crédito.

Os bancos definem normas regionais, baseadas nas produções dominantes. O exemplo da região Sul Pará, revela pelo menos dois problemas para a agricultura familiar, vinculados a forte presença dos grandes

pecuaristas. Vem sendo difícil obter financiamentos para outras produções o que se traduz pela falta de diversificação tanto para os aspectos produtivos, assim como o abastecimento dos mercados locais. Os produtores sentem uma falta de liberdade e flexibilidade para escolher e definir as produções que podem ser financiadas pelo crédito. Ao mesmo tempo, as condições de obtenção exigem que o gado seja registrado, o que é raro no caso do gado dos pequenos produtores. No Baixo Tocantins, os produtores foram formados em produção de mudas e as produzem faz anos. Mesmo assim para obter crédito, eles têm que comprar mudas de viveiristas para obter o crédito, não podendo utilizar suas próprias mudas.

Todas as experiências mostram uma falta de controle e rigor na vistoria e na avaliação do crédito antes e depois da atribuição. Por falta de recursos, informações e competências, vários níveis são apontados como limitantes para garantir sucesso do crédito:

- A capacidade do produtor não é avaliada para saber se ele tem condições (recursos, conhecimento, mão-de-obra, gerenciamento da propriedade e da produção) de valorizar e reembolsar o crédito;
- Não há uma visão e conhecimento das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização. Isso impede uma visão estratégica que possa orientar o modo de produção e sobretudo, a organização da comercialização;
- Falta de acompanhamento técnico e quando esse existe, muitas vezes ele vem depois do agricultor ter o crédito. Mesmo assim, não está

adaptado às realidades: exemplo do açaí na região de Cametá, com aplicação de um pacote técnico padrão, padronizado e fora da realidade, o que acaba tendo impactos negativos sobre o resultado da produção.

As experiências apresentadas apontam também pontos fracos dos agricultores e das organizações de produtores.

A análise da experiência da AS-MICC (Associação de Micro Crédito de Cametá) mostra que houve muito sucesso nas produções financiadas com o microcrédito, mas as pessoas não reembolsaram o dinheiro para a associação. O problema neste caso, não é somente técnico e mostra uma falta de responsabilidade e compromisso dos produtores, frente às regras de funcionamento, definidas conjuntamente com eles.

Da mesma forma, quando o movimento social (ex. STR e Colônia) consegue crédito, isso nem sempre garante o sucesso. Na hora da atribuição, não são os critérios técnicos os mais importantes. Eles são atribuídos conforme critérios políticos ou familiares e o crédito se transforma em uma ferramenta partidária. Isso remete ao papel do movimento sindical.

Finalmente, a maioria dos agricultores reclama que a situação é pior depois que antes do crédito.

### **Propostas de Encaminhamentos e Alternativas**

A riqueza das experiências apresentadas permite sugerir melhoramentos para próximas etapas de construções de sistema de microcrédito, de forma a constituir um verdadeiro

instrumento produtivo. Propostas de melhoramento podem ser discutidas. No Bico do Papagaio, a APA-TO não aceitou virar prestadora de serviço e sim, contribuir na discussão dos impactos do crédito, da formulação de projeto regional. No Baixo Tocantins, a APACC trabalha com grupos de agricultores e lideranças, que acabam adquirindo conhecimentos técnicos mais adequados do que a assistência técnica oficial; no entanto, o BASA continua aceitando só a EMATER para os laudos técnicos. No Alto Xingu, a CAPPRU consegue orientar os seus sócios para investir no cacau, alternativa à pecuária, com o apoio da Casa Familiar Rural.

Uma assistência técnica adaptada e permanente é necessária e que não seja somente para realizar um controle ou uma vistoria.

Essa assessoria deve ter capacidade para formar e acompanhar os produtores na elaboração dos dossiês de crédito assim como na parte produtiva, no beneficiamento e na comercialização das produções. Essas capacitações devem incluir o planejamento das produções locais e as condições de produção incluindo o planejamento do crédito.

O poder público e as instituições financeiras (os bancos principalmente) não podem fornecer sozinhos todos esses apoios. É preciso reconhecer as entidades que têm as competências para fazer esse acompanhamento e que já estão presentes, como entidades de representação, cooperativas, ONGs. Essas entidades precisam também receber capacitações para poder atuar de forma eficiente nesse setor.

O custo dessa assistência permanente deve ser sistematicamente in-

cluído no custo de funcionamento do crédito.

A capacitação dos produtores representa um complemento necessário. Eles devem ter o conhecimento para analisar e administrar o crédito, desde a produção até a comercialização. Essa capacitação não pode ser somente técnica e deve incluir a organização e reforçar os movimentos sociais na responsabilidade de ator do financiamento da agricultura familiar.

Todos os atores reconhecem a necessidade de incluir o tema do crédito nos espaços de debate e de planeja-

mento, desde as comunidades até os territórios.

O Conselho de Desenvolvimento Municipal Rural Sustentável é um espaço existente de planejamento que pode servir para avaliar, debater e planejar o crédito. Com a implantação dos Territórios, os Comitês gestor e de planejamento das ações devem ser espaços privilegiados para reservar ao crédito um lugar como ferramenta de desenvolvimento da agricultura familiar.

Assim, o crédito deve ser pensado como um novo instrumento de desenvolvimento local.

## Comercialização e Beneficiamento

### O que deu certo e limites nas experiências apresentadas

Foram apresentados vários formatos de comercialização:

- Comercialização coletiva via cooperativas (CAPPRU em São Félix do Xingu e CART e COOPACAM em Cametá);
- Comercialização direta aos consumidores via feiras (Baixo Amazonas) ou pontos de venda (no STR de Conceição do Araguaia);
- Comercialização individual via feiras de atravessadores (Cametá);
- Comercialização via mercado institucional (farinha de mandioca e tapioca e açaí em Cametá, arroz e mel em Conceição do Araguaia).

A maioria dos pequenos agricultores familiares das regiões ainda vende sua produção de forma individual a atravessadores, que estabelecem condições e preços geralmente baixos. Nas feiras de atravessadores (exemplo de Cametá) os produtores têm que utilizar seus próprios meios de transporte limitados ou os transportes públicos. Não podem ficar muito tempo na cidade e acabam por vender os seus produtos mais baratos. No entanto, há consenso sobre a necessidade de reforçar as cadeias locais: no Baixo Tocantins, em Belém, os centros urbanos continuam importadores de alimentos.

No caso da comercialização via cooperativas (cacau em São Felix do Xingu, açaí e cacau em Cametá),

existe uma grande vulnerabilidade das cooperativas, que geralmente começam com um produto só e vendem-no a um só comprador, que portanto estabelece o seu preço. A forma de compra dos fornecedores/ venda ao atravessador faz com que as cooperativas facilmente percam dinheiro em uma transação, tornando o negócio arriscado.

Além disso, as cooperativas sofrem de falta de capital de giro, pois o produtor prefere receber o pagamento em dinheiro na hora.

Em Cametá, existe um debate na cooperativa sobre a centralização ou não das infra-estruturas, que podem ser em parte assumidas pelos próprios produtores.

Elas - as cooperativas - estão procurando diversificar os produtos comercializados (palmito e polpa de frutas com a COOPACAM, castanha na CAPPRU).

A experiência do açaí orgânico da CART com a Sambazon mostra a mesma vulnerabilidade com os “mercados justos” para exportação. De qualquer forma, estes mercados exigem também regularidade e quantidades mínimas para abastecimento dos operadores (na CART, por exemplo, a quantidade de mel exigida era de 30 toneladas).

No caso da comercialização direta ao consumidor, este formato traz uma relação de confiança com o consumidor e melhora a qualidade dos produtos. No entanto, essas experiências de feiras carecem de investimento em organização, infra-estruturas, logística e transporte.

Existe no Baixo-Amazonas uma feira da Agricultura Familiar realizada uma vez por ano (com a duração de 4 dias), que é um espaço de articulação e de formação (oficinas). Encontram-se dificuldades com a pouca variedade de produtos, a baixa qualidade e a dificuldade com produtos perecíveis. Há o risco dessas feiras se tornarem feiras de artesanato.

Em Santarém, existe uma feira semanal, apoiada pela EMATER local, mas com aumento de atravessadores e diminuição do número de produtores, que têm dificuldade para ficar fora de seus estabelecimentos. Existem outras pequenas feiras municipais.

Experiências de pequenos grupos mostram que se pode comercializar uma produção caseira (mel, plantas medicinais), diretamente ao consumidor, via encomendas e pontos de venda. Também esses grupos conseguem incluir-se em mercados institucionais (mel na merenda escolar ou plantas medicinais com Agentes Comunitários de Saúde), porém com algumas dificuldades em relação à legislação.

Parece existir poucas iniciativas de beneficiamento nas regiões representadas. As cooperativas não realizam nenhum tipo de beneficiamento, apenas intermediam um produto in natura. Criou-se recentemente em Cametá uma cooperativa de beneficiamento (coop. MIRITI), com idéia de processar açaí e polpas de frutas e entrar no mercado orgânico para exportação. Em Conceição, existe uma iniciativa de beneficiamento de mel de grupos nos assentamentos, o que permite agregar valor ao produto (R\$ 5,00 a granel e R\$ 12,00 embalado). Porém este mel não está legalizado (SIF).

## **Em que as políticas públicas ajudam ou limitam a comercialização e o beneficiamento**

Em primeiro lugar, quando se fala de políticas públicas, isso inclui vários temas:

- o crédito (custeio e investimento);
- a ATER (pública, prestadoras de serviço ou ONGs);
- a formação técnica e universitária;
- a pesquisa oficial;
- a legislação (sanitária, regras de certificação) desde o nível municipal até o nível federal.

Há um consenso no grupo que os agricultores e as suas organizações pouco conhecem as políticas públicas existentes. A nível local, tem pouca consulta dos beneficiários e participação da sociedade.

Para implantação de agroindústrias, alguns programas exigem um estatuto de cooperativa e apresentam muita burocracia. O PRONAF Infra-estrutura existente não financia capital de giro, mas parece que o FNO sim.

O mercado institucional parece representar um potencial interessante (abastecimento de escolas, restaurantes populares- FOME ZERO, presídios, hospícios, etc.), via a compra da CONAB ou dos governos estaduais. Porém, para funcionar depende de uma boa articulação entre as Prefeituras, o Governo Federal ou dos Estados, a assistência técnica e as organizações locais.

Este tema é pouco trabalhado nas entidades de assistência técnica, na formação universitária e técnica, nos órgãos de pesquisa. Falta capacitação

dos produtores sobre qualidade dos produtos. Não existem técnicos especializados nos temas de comercialização e beneficiamento.

O grupo avaliou não ter muitas condições de apresentar propostas de reformulação de políticas públicas, pelo seu pouco conhecimento das políticas existentes nesta área. Todavia, destacou:

- Os agricultores e as suas organizações deveriam participar mais dos espaços locais de discussão (CMDRS, fóruns de agricultura familiar, etc.);
- As políticas de fiscalização deveriam ser mais adequadas à situação de cooperativas e associações. Os impostos são pouco diferenciados para elas;
- A discussão dos Territórios deveria integrar esse tema de forma mais decisiva;
- As políticas públicas parecem muito dispersas e carecem de coerência.

## Desenvolvimento local: As ações em curso no campo do desenvolvimento local e regional

### O peso da história sindical

A região do Bico do Papagaio é constituída de 13 municípios, em um espaço reduzido (150 km na sua maior extensão), as distâncias entre sedes municipais ficam em torno de 10-20 km. A população camponesa, constituída de maranhenses, é bastante homogênea e tem identificação cultural forte, notadamente compartilham uma mística religiosa ativa (as romarias para o Padre Josimo juntam 3000 pessoas a cada 2 anos). Na região, a história da luta sindical camponesa, ligada a luta pela terra, tem mais de trinta anos. Existe hoje uma forte estruturação das organizações camponesas a partir de grupos de base, todos ligados aos STR. Existe uma coordenação sindical atuante envolvendo os 13 municípios, assim como um Conselho Gestor de Meio Ambiente do Bico do Papagaio (CEGEMAB), que elabora, aprova, monitora projetos. Os movimentos têm os seus espaços próprios de elaboração de propostas e projetos, que permitem posteriormente uma atuação mais decisiva nos Conselhos locais de definição de políticas.

As organizações camponesas do Alto Xingu já têm uma caminhada de mais de dez anos na procura de alternativas a pecuarização. Atua por meio de associações e cooperativas de comercialização, orientação do crédito, animação de grupos de agricultores diversificados. A região apresenta a dificuldade das distâncias e da trafegabilidade das estradas (mais de 400 km da Canopus até Ourilândia), das grandes diferenças nas

situações dos agricultores e nos projetos das famílias (inclusive diferenças culturais). São regiões onde dominam os grandes pecuaristas. Atualmente, a grande alternativa à pecuária para a agricultura familiar é o cacau, que permite bons resultados econômicos para os 5 % de produtores que investiram nessa lavoura. No entanto, existe a dificuldade da mudança técnica para a maior parte dos produtores, que não tem o conhecimento técnico e segue o sonho de ser fazendeiro. Existe fraca articulação sindical na região, assim como entre os movimentos (associações, cooperativas e sindicatos). A discussão recente da criação do Território Alto Xingu pelo MDA mostra essa dificuldade de articulação.

Na região do Baixo Tocantins em volta de Cametá, houve dois momentos importantes de estruturação sindical. Os STRs dos nove municípios foram fundados no período de 1975-79, e foram conquistados um por um pelos trabalhadores, com apoio da Prelazia em formação e capacitação no período seguinte (a Colônia de Pescadores foi conquistada em 1990). Após esse período, a Prelazia retirou o seu apoio e o movimento sindical junto com o PT assumiu o processo de formação e capacitação (anos 1980-1990). Há dez anos a renovação dos quadros sindicais não é suficiente: o mais novo líder sindical está com 47 anos. Os municípios estão muito isolados (ilhados): dez horas de barco entre municípios, problema que começa ser contornado com a construção da Alça Viária ligando 5 municí-

pios. Os STRs têm pouca ligação entre eles, assim como entre STRs e Colônia de Pescadores. No Baixo Tocantins, os movimentos sociais e sindicais dos nove municípios estão reunidos no MODERT, que tem dificuldade de debater a região como um todo. Os movimentos têm dificuldade de se posicionar nos Conselhos Municipais e no Conselho Territorial.

### **O aproveitamento dos novos espaços e os seus limites**

No Bico do Papagaio, o movimento sindical conseguiu aproveitar a criação dos novos espaços de elaboração de políticas públicas. Desse ponto de vista, os espaços de caráter regional (CEGEMAB, Câmara Territorial CIAT/GERA, APA) são mais acessíveis do que os Conselhos Municipais (um CMDRS sobre 8 criados funciona realmente). Conseguem atuar ao nível do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável. O CNS, no âmbito do CEGEMAB, contribui na elaboração de projetos junto com o MMA. Conseguem acessar recursos públicos para qualificarem as suas propostas (elaboração do Projeto Territorial, discussão do Plano Safra no CIAT/GERA, análise dos efeitos do crédito nos Territórios, análise das cadeias de comercialização, etc.).

No Alto Xingu, o aproveitamento desses espaços é pontual. Os movimentos têm maioria no CMDRS de São Félix do Xingu, mas têm pouca articulação para aprovar projetos. A criação recente do CIAT Alto Xingu, dominado pelas prefeituras, não permitiu avançar muito nesse ponto. O movimento sindical da região, mobilizado em torno do acesso ao crédito e preso na administração das aposentadorias, tem dificuldades para enfrentar outras questões regionais.

No Baixo Tocantins, os CMDRS continuam dominados pelos Prefeitos, apesar do STR de Cametá estar na origem da criação do CMDRS do município. Os movimentos sociais não conseguem se articular em torno de projetos comuns, frente a administrações municipais consolidadas e experientes, e acabam referendando os projetos elaborados por outros. Um grande projeto de compensação dos danos ambientais causados pela hidrelétrica de Tucuruí (30 milhões de reais financiados), de gestão municipal, não tem participação suficiente dos movimentos sociais na sua gestão. O Território do Baixo Tocantins está em constituição sem muito envolvimento das organizações e é controlado pelas Prefeituras.

### **• Potencial e propostas de reformulação das políticas públicas existentes para o desenvolvimento local / regional da agricultura familiar**

O PRONAT-MDA constitui para todas as regiões um espaço potencial interessante para discutir o projeto regional da agricultura familiar. O processo de autodefinição dos Territórios é importante em uma perspectiva de consolidação da agricultura familiar, a condição de garantir um processo paralelo de capacitação. No entanto, a falta de sensibilização e de formação das lideranças para a formulação e implementação das políticas e o atropelo na condução do processo, não deixam grande margem de manobra aos movimentos sociais frente a administrações municipais experientes. Existe o risco em várias regiões de cooptação dos movimentos sociais para propostas pouco condizentes com os interesses da agricultura familiar.

Devem ser consolidados espaços de elaboração de propostas do próprio movimento social, para o posterior debate com a sociedade e o poder público.

Destaca-se a importância de elaborar sistematizações, estudos estratégicos, propostas, específicos (por tipo de cultura), como mostra o exemplo do Bico do Papagaio. O caso do ProAmbiente, política interessante, porém pouco consolidada, merece um esforço mais decisivo de sistematização.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB) também pode ser orientado para reforçar a agricultura familiar, em uma parceria com os movimentos sociais/ poderes públicos, pois permite um debate de projetos regionais.

No Baixo Tocantins, os acordos de pesca trazem bons resultados, como proposta de amenizar a diminuição do pescado após a implantação da barragem de Tucuruí. As comunidades nas quais há acordos (3 % das comunidades), a produção de peixe é bem mais alta. Para expandir esses acordos, é preciso torná-los política pública (por enquanto são só Instrução Normativa) e desenvolver educação ambiental, conscientização e também alternativas para a pesca (piscicultura, tanques em rede) e o seu financiamento. O processo de legalização fundiária deve ser levado

ao fim (concessões de uso registradas no GRPU), pois essa garantia é necessária para discussão do manejo dos recursos.

O papel e a contribuição da pesquisa e da educação devem ser repensados. A educação formal enfraquece as organizações. A formação deve ser adequada, respeitar as especificidades de cada região e local, para os movimentos sociais atuarem na formulação de políticas (educação libertadora). A proposta das CFRs, articulada pela ARCAFAR, contribui certamente nesses propósitos. Os formados nas universidades devem conhecer mais de perto a realidade. Existe um grande descompasso entre a prática da pesquisa existente e as necessidades da agricultura familiar, o que deve ser contornado.

Em termos de estratégia, várias configurações são possíveis. Em alguns casos, a administração municipal abre um verdadeiro espaço de discussão de propostas, o que permite elaborar Planos de Desenvolvimento Municipais; portanto não se trata de descartar o nível municipal da discussão. No geral, os movimentos devem procurar articulações ao nível regional e estadual para conseguir controlar a pauta e os conteúdos da discussão. Uma linha de trabalho específica com os movimentos sociais deve ser criada sobre políticas públicas.

## Um retrato dos desafios

O conjunto das discussões no Encontro conseguiu abranger de forma precisa os grandes mecanismos chaves do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região. Os resultados traçam um retrato suficientemente completo dos avanços e das dificuldades e permitem elaborar um diagnóstico preliminar das prioridades em termos de reformulação de políticas públicas em prol da consolidação do campesinato na região.

O cenário traçado no Encontro mostra grandes dificuldades enfrentadas pelas agriculturas familiares em todas as regiões. A crise ligada a pecuarização no Sul do Pará e no Tocantins, as dificuldades enfrentadas pelos produtores de açaí e pimenta-do-reino no Baixo Tocantins, as dificuldades de equacionamento entre segurança fundiária e valorização econômica dos recursos naturais na região de Gurupá evidenciam a inadequação dos instrumentos de desenvolvimento existentes frente a mudanças dos contextos agroecológicos e sócio-econômicos. No entanto, os exemplos de Gurupá e do Bico do Papagaio demonstram a capacidade de elaboração e implementação de propostas da sociedade civil organizada, fruto de uma relação forte entre entidades de apoio técnico e assessoria e movimento sindical. A consolidação dessa relação, em torno de propostas conjuntas, está em curso no Baixo Tocantins e no Alto Xingu, onde já existem ações sucedidas

em fase de difusão. Nas quatro regiões, os Centros de Formação por Alternâncias (CEFAs, ou seja CFRs e EFAs), constituem um potencial elo entre as atuações de caráter técnico e a formulação de eixos norteadores do desenvolvimento da agricultura familiar.

A segurança fundiária dos agricultores familiares é um primeiro desafio, colocado de várias formas conforme os contextos regionais. Na região de Gurupá, a proposta de segurança fundiária por meio de Concessões de uso, adequada ao contexto de várzea, demonstra a sua eficiência como alavanca dos processos ulteriores de consolidação; a região do Baixo Tocantins está atualmente discutindo essa proposta, junto com os acordos de pesca. No Sul do Pará e no Tocantins, a concentração fundiária ligada a pecuarização coloca o problema de forma diferente: junto com as questões de violência fundiárias sempre presentes, é a capacidade de resistência sócio-econômica dos agricultores que está em jogo, muito atrelada à viabilização de alternativas produtivas à pecuária.

Os limites observados na oferta de assistência técnica constituem um freio grave a qualquer viabilização e difusão de novas atividades produtivas, que se tornam necessárias pela evolução do contexto agroecológico (diminuição dos recursos aquáticos, esgotamento das parcelas de florestas nos estabelecimentos, poluição pelos agrotóxicos), econômico (evolução dos mercados e dos preços, oportunidades para novas

atividades) e social (pressão fundiária dos pecuaristas e da agricultura mecanizada, novos atores nas cadeias de comercialização). Desse ponto de vista, observa-se o esgotamento das sucessivas propostas de organização da assistência técnica pelo poder público: a terceirização da assistência iniciada no Governo Fernando Henrique, não mudou significativamente o quadro, só permitiu viabilizar o repasse de porções maiores de crédito para os agricultores familiares. As experiências em curso no Baixo Tocantins e no Alto Xingu, visando associar redes de agricultores-técnicos e CEFAs nos dispositivos locais de assistência técnica constituem desse ponto de vista uma proposta de fundamental importância.

Os participantes notam a pouca preocupação dos poderes públicos no apoio às experiências de comercialização dos produtos da agricultura familiar, apesar desse ponto ser necessário para viabilizar quaisquer mudanças de porte. As cooperativas estão fragilizadas e tem pouco acesso ao mercado financeiro. As feiras do produtor são pouco estruturadas, apesar de elas representarem uma alternativa de abastecimento urbano. Quase inexistente apoio às atividades de beneficiamento de produto, que podem ser uma porta de entrada para resolver os problemas de qualidade e propiciar um melhor equilíbrio entre produtores e outros atores das cadeias.

O sistema de crédito, que concentra as principais atenções dos poderes públicos e da representação sindical, permitiu uma transferência maior de recursos financeiros para os agricultores familiares. No entanto sofre das limitações observadas nos outros instrumentos do desenvolvimento: a falta de assistência técnica e formação dos agri-

cultores, a não-observação dos limites impostos pelas cadeias de comercialização e mais amplamente o seu caráter pontual e parcial, incapaz de se inserir em um programa coerente e longo prazo de desenvolvimento. As limitações próprias do sistema de crédito (rigidez e pouca adequação ao contexto local e ao conjunto das necessidades financeiras dos agricultores) são acrescidas pela grande fragilidade dos outros instrumentos.

Desse ponto de vista, o enfoque territorial do desenvolvimento adotado pelo MDA constitui um grande potencial, no sentido de favorecer a elaboração de propostas de mais amplo alcance e a inserção das organizações camponesas no processo de elaboração e implementação de políticas. Deve permitir contornar o limite estrutural das políticas até hoje implementadas, o seu caráter centralizado e burocratizado, envolvendo parcerias locais, melhor preparadas para adequar as ações ao contexto. No entanto, vários limites aparecem desde já nesse processo, relacionadas ao pouco preparo das organizações de agricultores para assumir esse papel. Parece claro que o desafio nesse campo passa por um reforço em termos de capacitação dessas organizações e uma melhor adequação do processo de discussão à realidade dos atores locais.

### **A importância da análise das experiências locais**

O Encontro demonstrou a riqueza das análises realizadas a partir da avaliação de experiências locais, suficientemente abrangentes em termos temáticos e suficientemente duradouras em termos de período de atuação. Esse tipo de experiência é estruturado em torno de

relações institucionais estáveis entre as organizações camponesas e as entidades de apoio, públicas ou privadas, que permitem atuar em um leque abrangente de mecanismos de desenvolvimento. Tiveram o tempo de elaborar propostas inovadoras num dado contexto local, com tempo suficiente para tirar as lições, identificar limites e consolidar acertos. Geralmente, avançam no campo da avaliação das políticas públicas, de um ponto de vista operacional e não normativo. Constituem verdadeiros laboratórios de inovações técnicas, institucionais e em termos de políticas públicas.

Em várias ocasiões, os participantes do Encontro manifestaram o seu interesse em aprofundar as suas análises por meio de estudos específicos (impactos do Plano Safra, impacto do crédito, avaliação do ProAmbiente, etc.) e consolidar a sua capacidade de apoio à

elaboração de políticas públicas. Ficou claro o desafio de procurar financiar estudos, avaliações, capitalizações e seminários de elaboração de propostas. Um tema que apareceu prioritário foi o da discussão da inserção dos agricultores e das suas organizações no dispositivo de assistência técnica, formação e capacitação e financiamento rural.

Desse ponto de vista, a viabilização da elaboração de propostas em rede de experiências locais parece ser uma prioridade. A consolidação do diálogo com os poderes públicos municipais, territoriais, estaduais, federais, para viabilizar essas reflexões deve ser estabelecida. Também parece ser clara a necessidade dos projetos de cooperação levarem em conta de forma mais decisiva a dimensão da avaliação comparativa de experiências, nas rubricas específicas nos projetos ou através de financiamentos específicos.

# Programa do encontro e lista de participantes

# PROGRAMA DO ENCONTRO E LISTA DE PARTICIPANTES

## Programa realizado

Data	Atividades
Dia 05 de abril (noite)	Chegada dos participantes
Dia 06 de abril (manhã) <b>Desenvolvimento local em 4 experiências</b>	08h00 - Dinâmica do encontro 08h30 - Apresentação APACC Cametá 09h00 - Apresentação FASE Gurupá 09h30 - Apresentação APA-TO 10h00 - Intervalo 10h15 - Apresentação CPT Alto Xingu 11h00 - Esclarecimentos, debate 12h00 - Almoço
Dia 06 de abril (tarde) <b>Desenvolvimento territorial</b>	14h00 - Palestra Delegacia MDA-PA 16h00 - Debate de Plenária sobre desenvolvimento Territorial 18h15 - Encerramento do dia
Dia 07 de abril (manhã) <b>Análise crítica das políticas públicas em 4 grupos temáticos</b>	08h00 - Dinâmica do dia 08h15 - Organização dos participantes em 4 grupos temáticos: – Difusão de técnicas e ATER – Financiamento na agricultura familiar e política de crédito – Comercialização e beneficiamento – Desenvolvimento territorial e local 09h45 - Intervalo 10h00 - Trabalho em 4 grupos temáticos. 12h00 - Almoço
Dia 07 de abril (tarde) <b>Políticas públicas: síntese em Plenária</b>	14h00 - Restituição dos resultados dos 4 grupos 16h00 - Debate de Plenária 18h00 - Encerramento
Dia 08 de abril (manhã)	Visita de comunidades de Cametá com a APACC
Dia 08 de abril (tarde)	Retorno dos participantes

## Lista de participantes

Nº.	NOME	ENTIDADE	CONTATO
01	Jeoval Santos Carvalho	CART - Cametá	3781-1069/9642-4215
02	José Serrão Virgulino	CFR/Cametá/SEMAGRI	3781-1669
03	Elianeth Ferreira Salustiano	EMATER/Cametá	3781-1420
04	Anna Paula Malcher Muniz	SEMAGRI/Cametá	3781-1420
05	Luis de N. Viana Valente	UFPA/Cametá	3781-2599
06	Doriedson Rodrigues	UFPA/Cametá	3781-2599
07	Vilma Barros Miranda	IDEAS	3781-1656
08	Oswaldo Castro	IDEAS	3781-1656
09	Rosendo Prudêncio dos Santos	CFR/Conceição do Araguaia	(094)3421-1428
10	Romildo Alves Amaral	CFR/Conceição do Araguaia	(094)3421-1428
11	Patrício Ferreira da Rocha	MPA/Sta Maria Barreiras	(094)9145-5895
12	Jorivaldo da Silva e Silva	CFR/São Félix do Xingu	
13	Valdemar Alves Silva	ADAFAX-CAPPRU	adafax@bol.com.br
14	Danilo Lago	CPT Alto Xingu	(094) 3433 1440
15	Manuel Amaral Neto	IEB/Belém	manuel@iieb.org.br
16	Katiuscia Fernandes	IEB/Belém	kfernandes@iieb.org.br
17	Ricardo Luis Grings	CFR/Conceição do Araguaia	(094)3421-1428
18	Luca Fanelli	MAIS	LUCAFANELLI@MAIS.TO.IT
19	Guida Rodrigues Alves	Multiplicadora/ Jacaré Xingu/Cametá	
20	Sandra Regina Gomes	APACC/Limoeiro do Ajuru	(091)3636-1213
21	Lissandra de Souza Filgueira	CFR/Cametá/SEMED	3781-1669 9153-6008
22	Marcelo da Silva Alves	CFR/Cametá	3781-1669
23	Pierre Clavier	GRET/São Félix do Xingu	
24	Philippe Sablayrolles	GRET/Santarém	philippe@vsp.com.br
25	Paulo Gonçalves	APA-TO	(63)3216-1899
26	Ruth Correa da Silva	APACC/Cametá	3781-2062 apacc@apaccameta.com.br
27	Antônio Pelaz de Brito	Multiplicador/Caripi/ Cametá	9998-4536
28	Antenor Conceição	Articulador/ Multiplicador/ Bucubarana/Cametá	
29	Carlos M. Guedes	MDA/PA	
30	Paulo Rodrigues Damasceno	APACC/Cametá	3781-2062
31	Carlos Augusto Ramos	FASE	(091)3242-4241
32	Emmanuel Bayle	AVSF – Brasil	e.bayle@avsf.org

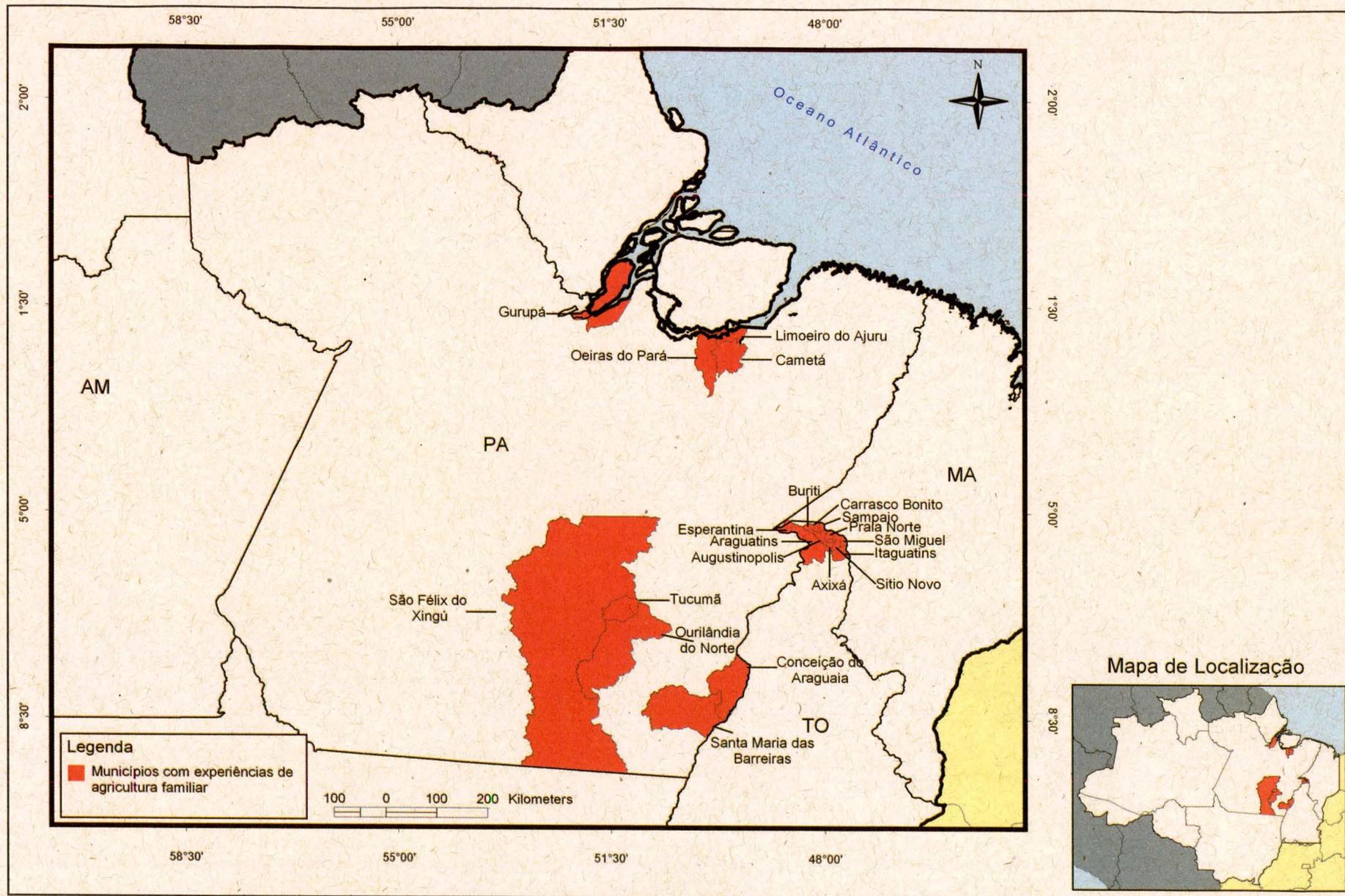
33	Francisco Alves de Sousa	CPT	Chico20022005@taboo.com.br
34	William Bruno S. Araújo.	CPT/Xinguara/Conceição	wbrunu@hotmail.com
35	Jaime Mateus de Souza	CAPPRU	capru@bol.com.br
36	Ângelo Pereira	STR/São Félix do Xingu	(094)3435-1862
37	Rosa Maria Alexandre	C M/Sta. Maria das Barreiras	
38	João Alves Pequeno	ADAFAX/CAPPRU	
39	Ruivan Xavier Alves	APACC/Cametá	3781-2062
40	Wilson Pereira Costa	APACC/Cametá	3781-2062
41	Pedro Lúcio Santa Rosa da Luz	APACC/Cametá	3781-2062
42	Manoel Damasceno Filho	CFR/Cametá	3781-1669
43	Maria das Graças Savino	APACC/Cametá	3781-2062

## Lista de Siglas

ABIPA	Associação regional dos apicultores do Bico do Papagaio
ADAFAX	Associação para o desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Xingu
APACC	Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
ARCARFAR	Associação Regional do Norte e Nordeste das Casas Familiares Rurais
ASMUBID	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
AST	Ação Social Técnica
ATER	Assistência técnica e Extensão rural
ATES	Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
AVSF	Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras
BASA	Banco da Amazônia
CAPPRU	Cooperativa de pequenos produtores rurais e urbanos
CEE	Comissão Européia
CEPLAC	Comissão do Plano da lavoura cacaueteira
CFR	Casa Familiar Rural
CI	Conservação Internacional do Brasil
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COOPTER	Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviço, Assistência Técnica e Extensão Rural
CORDAID	ONG de Solidariedade Internacional holandesa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural
ESSOR	ONG de Solidariedade internacional francesa
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAET	Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Tocantins
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Pa)
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO	Fundo Constitucional do Norte
GRET	Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos
GTNA	Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICCO	Organização Interclesiástica para Cooperação do Desenvolvimento - Holanda
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MISEREOR	Aktion Gegen Hunger
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Sem-Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projetos de Assentamento
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PROMANEJO	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal sustentável na Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPA-NEAF	Universidade Federal do Pará- Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar

Mapa das regiões apresentadas

MAPA DAS REGIÕES APRESENTADAS



Philippe Sablayrolles, org.  
Pedro Luz  
Manuel Anaral  
Emmanuel Bayle

No difícil contexto amazônico, onde os poderes públicos encontram limites na sua atuação frente a recorrentes problemas de governança, as ONGs sempre assumiram um papel de inovação técnica e social. No campo das agriculturas familiares amazônicas, setor fundamental para qualquer processo de desenvolvimento sustentável da região, as ONGs estiveram presentes em temas centrais como a luta pelos Direitos Humanos; a estabilização do campesinato em frentes pioneiras e a luta contra o êxodo rural; a difusão de técnicas e o melhoramento das condições de comercialização; a gestão das áreas protegidas; a valorização da biodiversidade; o manejo florestal, etc.

No seminário "Agricultura familiar e políticas públicas na Amazônia", ocorrido em Cametá nos dias 6 e 7 de abril de 2006, foram apresentadas quatro experiências de desenvolvimento amadurecidas em ambientes diferentes da Amazônia Oriental:

- A APACC em Cametá – PA
- A FASE em Gurupá – PA
- A APA-TO na região do Bico do Papagaio (Tocantins)
- A ADAFAX no Alto Xingu (Pará)

A partir dessas experiências, as políticas públicas foram avaliadas em torno de quatro temas principais:

- Difusão de técnicas e formação de agricultores;
- Financiamento e crédito;
- Comercialização e beneficiamento;
- Desenvolvimento local.